

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 30-5-2022.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 391/21, de autoria de Márcio Bins Ely (Processo nº 0934/21); o Projeto de Lei do Legislativo nº 489/21, de autoria de Jonas Reis (Processo nº 1116/21); os Projetos de Lei do Legislativo nºs 024 e 027/22, de autoria de Cláudia Araújo (Processos nºs 0053/22 e 0057/22, respectivamente); o Projeto de Lei do Legislativo nº 033/22, de autoria de Jessé Sangalli (Processo nº 0066/22); o Projeto de Lei do Legislativo nº 036/22, de autoria de Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Fernanda Barth e Comandante Nádia (Processo nº 0070/22); o Projeto de Lei do Legislativo nº 061/22, de autoria de José Freitas (Processo nº 0114/22); o Projeto de Lei do Legislativo nº 215/22, de autoria de Ramiro Rosário (Processo nº 0417/2); o Projeto de Lei do Legislativo nº 216/22, de autoria de Jessé Sangalli e Alexandre Bobadra (Processo nº 0418/2); o Projeto de Lei do Legislativo nº 218/22, de autoria de Moisés Barboza (Processo nº 0422/22); e Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 012/22 (Processo nº 0024/22). A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, Prefeito, e de Ricardo Gomes, Vice-Prefeito. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Sebastião Melo, que se pronunciou acerca dos espaços públicos da capital. A seguir, Aldacir Oliboni e Claudio Janta pronunciaram-se acerca do tema tratado durante o período de Comparecimento. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dois minutos às quinze horas e quatro minutos. Foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia primeiro ao dia três de junho do corrente. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 079/22 (Processo nº 0382/22), de autoria de Fernanda Barth. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Fernanda Barth, proponente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Marco Danguí Pinheiro, Presidente da entidade homenageada, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e sete minutos às quinze horas e

trinta e dois minutos. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Rosana Metrangolo, representando o Sindicato dos Condutores de Ambulância do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do SAMU como força de suporte tático, bem como nas políticas de combate à violência à mulher no âmbito do Município de Porto Alegre, e a necessária regulamentação do exercício profissional da enfermagem na Administração Pública Municipal. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, José Freitas, Aldacir Oliboni e Airto Ferronato manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e dois minutos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Jessé Sangalli, Airto Ferronato, este em tempo cedido por Comandante Nádia, Alvoni Medina, Mônica Leal e Mauro Zacher. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra e Moisés Barboza. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Cintia Rockenbach e Idenir Cecchim. Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 164/21 (Processo nº 0429/21), e foi aprovado Requerimento solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nº 04, assinada por Cláudia Araújo, e nº 05, assinada por Airto Ferronato, ambas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 431/21 (Processo nº 1016/21), e foram aprovados Requerimentos solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoadas as seguintes proposições relativas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21 (Processo nº 1356/21): as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Leonel Radde, e Requerimento de sua autoria, solicitando votação em destaque para essa emenda; Emenda nº 03, assinada por Cláudia Araújo; e Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03. Foi aprovado Requerimento verbal de autoria de Idenir Cecchim, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 1150/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 010/19 (Processo nº 0014/19). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação na matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 069/22 (Processo nº 0342/22), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21 (Processo nº 1356/21). Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por duas sessões da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, por nove votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jessé Sangalli, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Gilson

Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Mônica Leal. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, por nove votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, por dez votos SIM e vinte e um votos NÃO, em votação nominal determinada pela Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, por vinte e dois votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Na oportunidade, foram registradas as seguintes intenções de voto relativas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21: de Comandante Nádia, contrariamente às Emendas nºs 01 e 02; e de Márcio Bins Ely, favoravelmente ao Projeto. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 431/21 (Processo nº 1016/21). Às dezessete horas e dezoito minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 044/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 053, 094 e 211/22 e os Projetos de Resolução nºs 024 e 026/22; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 042/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 064, 299, 379, 387 e 624/21 e 046, 115, 202, 206 e 212/22, o Projeto de Resolução nº 025/22 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/21. Às dezessete horas e dezenove minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl, Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi

lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde. Há quórum.

Quero agradecer o Sr. Prefeito e o Sr. Vice-Prefeito que aqui estão por trazer um assunto importante para a cidade, que é a discussão sobre os espaços públicos em Porto Alegre.

Em seguida, passaremos a ouvir o Sr. Prefeito que nos traz esse projeto importante para a cidade para a discussão democrática na Casa.

O Sr. Sebastião Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado Presidente Idenir Cecchim, muito obrigado pela acolhida, quero cumprimentar os nossos líderes do governo, os líderes de bancada, os demais vereadores e vereadoras, os funcionários desta Casa que muito contribuem para os bons trabalhos legislativos, a Liga da Defesa Nacional que será homenageada aqui hoje. Nos acompanham, nesta missão, o vice-prefeito Ricardo Gomes, o secretário Germano, o secretário Ikeda, o secretário Cassio, o Marcos Felipe, o André Machado, a Procuradora Eleonora, o Comandante Nascimento e também a nossa responsável pela parte legislativa do Gabinete do Prefeito, a Luciane Pinheiro. Quero cumprimentar aqui também as comunidades que frequentam a Casa. Presidente, eu pedi licença para vir aqui para pedir ajuda a esta Casa num tema que desafia a nossa cidade, vereadores. Feliz uma cidade que tem 72 quilômetros de orla, feliz uma cidade que tem nove parques da qualidade que tem a nossa Porto Alegre, feliz uma cidade que tem quase 700 praças urbanizadas e tantas outras ainda em fase de urbanização, feliz uma cidade que tem um Centro Histórico da qualidade do nosso. Mas nós estamos vivendo tempos muito difíceis na questão dos nossos espaços públicos, nós não estamos aqui para trazer uma receita pronta. Esta Casa tem debatido esse tema em muitos momentos, quando o Paulo Sant’Ana passou por aqui, isso era tema de debate quando vereador fui. Aqui vi debates memoráveis do nosso Nereu D’Avila e de tantos outros vereadores na legislatura que terminou e nesta que começa. O certo é: qual é a receita para que a gente possa ter espaços, uso com responsabilidade e com muita liberdade? Eu queria começar pela questão social. Nós temos, como de resto, todo o Brasil, um desarranjo social muito grande, nós temos hoje pessoas que perambulam pelas ruas. Aumentou muito o número de moradores em situação de rua, tristemente nós temos muita gente que consome droga na cidade – não só os moradores em situação de rua – e nós também sabemos que muitos desses furtos que acontecem na cidade, dos alumínio, dos cobs são para consumir drogas. Então você tem quem furta; quando é pego, ele vai para delegacia e ele sai rindo das nossas caras porque a legislação desta matéria é absolutamente frouxa, Presidente, uma legislação absolutamente frouxa. Então você não vai resolver isso com a legislação que está aí, como alguém há de dizer: “Bom, então se a lei é frouxa, se você não tem guarda o suficiente...” Nós agora vamos fazer um novo concurso para guarda, mas se nós pegássemos o concurso atual e todos os guardas que

vão entrar e colocássemos, não cobririam 50% dos espaços públicos. Então esta solução única não resolve. Não de dizer: “Bom, mas vocês têm cercamento eletrônico e podem aumentar o cercamento eletrônico.” Sim, podemos fazer isso. Isso também é uma realidade que tem que ser tratada. Nós temos hoje 118 prefeituras e prefeitos das praças, talvez um dos melhores *cases* de sucesso para a ocupação dos espaços públicos. Por quê? Porque você está dando pertencimento a esses espaços, as pessoas estão frequentando. Esta semana ainda eu recebi dois vídeos onde um prefeito de uma praça levou um gaitero, levou as famílias, estavam dançando na praça, fazendo com que aquele espaço público pudesse ser curtido de forma legal. Bom, o caminho é permitir que a gente possa ter alguns comércios nos parques. Eu ouvia muita crítica sobre o Refúgio do Lago; hoje, com poucos dias, eu estou vendo muito aplauso com relação ao Refúgio do Lago. Eu estive lá, não vejo aquilo como crime; vejo que aquilo veio ajudar, sem dúvida alguma, na segurança do Parque da Redenção, porque estou vendo um convívio pacífico da sustentabilidade com o desenvolvimento econômico. Nós podemos estender isso para outros parques? A lei nos permite isso? É possível ter pequenos comércios para dar mais segurança? Isso não é possível? Então, eu poderia aqui dizer o seguinte: nós precisamos, juntos, dar as mãos. Ouso dizer, vereadores, que talvez esta Casa pudesse fazer uma comissão especial, a qual tivesse a representação de todas as bancadas, e que vocês pudessem oferecer ao prefeito, ao vice-prefeito, à administração, um conjunto de medidas que vocês entendam que devam ser executadas, além do que nós estamos fazendo. Agora, no Parque Marinha, por exemplo, nós estamos enterrando os fios a um metro e meio de profundidade; daqui uns dias vão ser três metros; daqui uns dias vão ser quatro metros. No Porto Seco, nós fizemos o carnaval, numa parceria com as ligas, numa parceria com empresas, e as ligas ficaram responsáveis pelo espaço público. E nesta noite, à meia-noite, as ligas não cuidaram mais do espaço público, e, às 6h, depredaram o portão do Porto Seco. Eu determinei que a Guarda fosse para lá hoje de manhã, e nós estamos trabalhando, o dia inteiro. O que fazer? Mande tirar todas as lâmpadas do Porto Seco agora pela manhã; porque se não, até o final da tarde, não teria mais nenhuma lâmpada inteira no Porto Seco – essa é a realidade. E nós vamos ficar quietos com isso? Não! Não, não, não, não! Aqui nós podemos ter pensamentos diferentes, ter partidos diferentes, ideologias diferentes, mas nesta Casa e na Prefeitura todos nós amamos a nossa cidade. Eu vivi nesta Casa, fui oposição, vivi nesta Casa sendo governo e sempre me portei dessa forma e reconheço, em cada um de vocês, essa qualidade do amor pela cidade. Então, eu não venho aqui para dizer: “Eu quero cercar parques.” Se eu quisesse cercar parques, eu já poderia dizer o seguinte: “A lei já permite isso!” A lei, hoje, coloca dois requisitos para cercar um espaço público: tem que passar pelo Conselho do Plano Diretor e tem que passar pelo Conselho do Meio Ambiente. Se você fizer dessa forma, você pode cercar parque. Mas esse é o caminho? Não, não, não. Eu não quero fazer isso. Nós não queremos fazer isso e nós não faremos isso. Agora, se tiver um consenso de uma comissão construída nesta Casa, audiências públicas produzidas por quem frequenta o espaço público, por quem frequenta um parque que, neste caso, urbanisticamente, uma coisa bonita, porque não pode fazer um cercamento feio, não contem conosco para isso, agora, do jeito que está, não dá para continuar. Nós

não temos pernas, nós não temos dinheiro. Só os furtos da Redenção vão custar aos cofres públicos R\$ 600 mil, e vai demorar muito tempo. O Parcão está escuro, o Mascarenhas está escuro, o Chico Mendes está escuro, lá em Ipanema furtaram os fios do Zeno Simon. Então é todo dia, não tem um dia pela manhã que eu não receba mais furtos de fios. E aí eu queria fazer um apelo a esta Casa, eu não sei de quem é a autoria, se é do José Freitas ou da Nádia, mas tem um projeto, nesta Casa, que vai nos ajudar muito, que é o seguinte: vamos saber a origem, essas pessoas que estão vendendo esses fios têm que mostrar a origem, porque não é possível que as pessoas estejam vendendo aquilo que foi furtado na rua e estão lá rindo da nossa cara na Av. Voluntários da Pátria. E no dia em que a polícia bateu lá, vazou antes, porque a maioria estava fechado. Então nós precisamos apertar o cerco. A democracia é o império da lei. A democracia é o império da lei, porque se tu não fazes o império da lei da democracia, aí vira bagunça. Você não pode fazer numa cidade o que você quer, as regras de convivência precisam ser respeitadas na vida de uma cidade. Você não pode botar lixo a qualquer hora, você não pode passar numa rua, em qualquer lugar, sem ter sinaleira, você não pode botar lixo na rua. A cidade precisa ter regras de convivência. Na semana passada, recebi a Ver.^a Mônica com reclamação da Cidade Baixa, outro dia, outro vereador reclama do Moinhos de Vento, outro dia é o *show* que acontece no Grêmio, outro dia... Então todo dia o prefeito e a sua equipe têm que dedicar um bom tempo para cuidar de como nós vamos usar com responsabilidade, mas com liberdade, os espaços públicos, porque o uso misto de uma cidade é o que há de melhor, na minha avaliação. Eu tenho bar, eu tenho café, eu tenho restaurante, eu tenho armazém, eu tenho supermercado... Mas eu tenho pessoas que ali moram, e tem pessoas que têm 70 anos, pessoas que têm 50 anos, pessoas que têm 40, e tem pessoas que frequentam aquele bairro que têm 18, que têm 19, que têm 20 e querem curtir aquele bairro, mas aquele que está no apartamento diz: "Olha, eu quero sossego no meu bairro". Então esta Casa tem aqui, desde 2016, o Código de Convivência do Município. Se este Código está desatualizado para vocês, pois então atualizem-no; se vocês entendem que a Prefeitura deve sentar com vocês, está designada a comissão para atualizar o Código de Convivência. Porque não podemos ter regras de convivência que são de 1970, de 1965, de 1968. O Brasil está no ano 2022 e as regras de convivência na cidade são da década de 1960. O ano passado foi um ano de muitos projetos votados, então eu queria também pedir a esta Casa que, entre as tantas prioridades desta Casa, pudesse enfrentar o Código de Convivência e que ele pudesse ter um olhar holístico sobre a cidade. Quais são os regramentos pelos quais passa ser o condomínio na cidade? E acho que ele tem muitos avanços, mas, talvez, de 2016 para 2022, ele tenha ajustes a serem feitos, Ricardo. Então eu queria, de forma sucinta, dizer que fiz questão de vir a esta Casa, junto com o Ricardo, junto com nosso secretariado, fazer o primeiro debate que nós estamos fazendo. A partir de agora, eu queria ouvir a Casa, se a Casa entender em fazer uma comissão especial, Schirmer, que se estabeleça! A Prefeitura vai estar ao lado dessa comissão e vai acolher muitas das sugestões que aqui brotam. Bom, vamos fazer audiências públicas juntos? Vamos fazer audiências públicas no geral? Vamos convidar os urbanistas? Vamos convidar no entorno dos parques, das praças? Como é que nós vamos conduzir isso? O certo é que

aqui é um pedido de ajuda, com muita humildade, vereadores, porque, aqui no Marinha, por exemplo, eles furtaram os fios e derrubaram os postes; a Carris ficou sem luz três dias e custou R\$ 80 mil para repor a energia. A Companhia Carris Porto-Alegrense ficou três dias sem luz, porque furtaram os fios. E um dos elementos ainda teve um choque lá e quase teve que ir ao Pronto Socorro. Então esta é a realidade que estamos vivendo, esta é a vida real da cidade. Então, vereadores, Presidente, fica aqui sempre o respeito, eu me programei para estar com vocês um pouco mais de tempo, mas eu não posso atrapalhar a agenda de vocês. Mas sempre que eu venho aqui, pedi ao Ver. Janta aqui, quem sabe os vereadores pudessem fazer duas, três falas de cada lado. Eu gostaria de ouvir, mas eu não quero atrapalhar a agenda, porque eu sei que vocês têm agenda, eu estou aqui em Comparecimento. Mas fica aqui o agradecimento por me receberem, nos receberem, e eu gostaria, então, de reafirmar que a gente quer a ajuda desta Casa sobre esse tema. A busca não é para dizer: “Vim aqui para defender o cercamento ou não cercamento”. Eu vim aqui para pedir ajuda de alternativas para a gente melhorar, começando pelo pertencimento. Também quero agradecer aos prefeitos, às prefeitas, às pessoas que, voluntariamente, têm feito contato pelo 156, às pessoas que os vereadores têm indicado para serem prefeitos de praças e parques, vocês merecem o nosso carinho, o nosso respeito, essas praças que foram assumidas estão sendo muito mais cuidadas. Então eu acho que, nos 250 anos da cidade, nós não abrimos mão de chegar a 250 prefeitos. Este ano, no final do ano – nós temos seis meses pela frente –, o nosso desafio é chegar a 250 prefeitos, ainda vão faltar mais de 400 para compor todas as praças. Eu sempre digo: prefeito de praça não tem privilégio, mas vai ter preferência.

Também quero dizer que, sob o ponto de vista da segurança, nós trocamos os cem mil pontos de luz, quase 70 mil já são LED, então isso melhorou a iluminação da cidade, mas, mesmo melhorando a iluminação da cidade, nós continuamos com um vandalismo absolutamente destruidor na vida da cidade. Obrigado, Presidente; obrigado, vereadores, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Sr. Prefeito. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo aqui o nosso Presidente da Casa, o Ver. Idenir Cecchim; saúdo a gentileza e a vinda do prefeito municipal, Sebastião Melo; nosso querido amigo Ricardo – os dois foram vereadores da Casa; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando esta sessão hoje à tarde. O nobre prefeito traz um tema que, para nós, é muito instigante, provocante e eu diria que ele deveria ser bem participativo. Quando nós discutimos o Plano Diretor, os espaços públicos, nós estamos envolvendo a vida do cidadão, e o cidadão também cobra do Legislativo e do Executivo a participação. Creio que, quando nós pensamos em ter um Plano Diretor – e aí a gente tem uma visão diferente, prefeito –, não podemos fazer um Plano Diretor fatiado: Centro Histórico; depois, 4º Distrito; e as demais regiões ficam sabe-se lá para

quando. Nós fizemos aqui, inclusive, muitas atualizações do Plano Diretor, e elas sempre abrangeram toda a cidade. Parece que tem essa crítica muito pontual dos cidadãos e da oposição. Gostaria que o senhor avaliasse esse ponto de vista. Nós somos parceiros; claro, tem que atualizar o Plano Diretor, mas as áreas menos aquinhoadas, que têm uma demanda maior de serviços públicos, sejam elas para um ensino fundamental, ensino médio, uma creche ou até mesmo um posto de saúde, um pronto atendimento, uma UPA, é preciso que se destinem determinados terrenos que hoje estão ao mando do Poder do Executivo e que não são, em tese, utilizados para esse fim. Por outro lado, nós tivemos aqui algumas discussões muito pontuais no passado, eu creio que o próprio Sebastião Melo estava aqui quando vereador, hoje prefeito, quando nós discutimos, por exemplo, o plebiscito do Pontal do Estaleiro. O governo municipal era o prefeito José Fogaça, naquela ocasião o prefeito absorveu a ideia da Câmara aprovada para fazer um plebiscito e, queira ou não, o plebiscito, para aqueles que queriam a opinião da população, foi vitorioso, e o prefeito acatou a decisão da população, pois era impossível construir determinados prédios, Ver. Ruas, com aqueles índices – enormes índices construtivos – e, obviamente, houve uma mudança significativa que depois, por força da própria Câmara, por ter maioria, acabou mudando a forma de ampliar ou não aquela área em índice construtivo maior. Então, eu acredito que a vida do cidadão, nobre prefeito, também se reflete quando falamos em ocupação de espaços públicos, em ter um espaço na orla e não ter no Morro da Cruz, na Glória, na Zona Norte, na Zona Sul, me parece que fica muito aquém daqueles que não têm nem sequer uma passagem para vir à orla. A orla ficou muito bonita, mas ficou para aqueles cidadãos que têm um poder aquisitivo maior, melhor e que podem ser deslocar até então. Nós precisamos olhar a cidade como um todo, e nesse sentido, nobre Pedro Ruas, V. Exa. falou que é preciso ampliar as políticas sociais, as cestas básicas, por que não? Tudo isso vem com políticas que trazem a redução da exclusão e aumento do poder do Estado e do poder público com as comunidades. Então deixo aqui nosso recado com a maior sinceridade da abertura do diálogo, e concordamos, sim, com a formação de uma comissão especial feita pela Câmara que poderá ter não só audiências públicas. As audiências públicas têm sido esvaziadas e não deliberam; simplesmente temos uma audiência pública por ter! Os senhores me desculpem, isso nós precisamos mudar! A audiência pública para nós tem sido um momento que critica, porque ela não oferece, ou quando oferece mudança ela não é acatada pelo poder público e nem mesmo, muitas vezes, algo que pode mexer com a Câmara. A gente concorda com mudanças, mas que venham para acalentar e melhorar a vida do cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente da nossa Casa; ilustríssimo Sr. Prefeito, do qual tenho a honra de estar ocupando o cargo de líder de seu

governo; nosso vice-prefeito, Ricardo Gomes; vereadores e vereadoras; público que nos assiste; tem temas que a nossa cidade tem pressa. Tem temas que nós precisamos resolver, porque há mais de 40, 50 anos, espera-se, e tem regiões que não podem esperar. Eu falo aqui na questão do Centro Histórico, eu sou uma pessoa que vive no Centro Histórico, eu posso dizer, há uns 40 anos, e ele necessita urgentemente de mudanças. Mas não podemos esperar o prazo do Plano Diretor, de um centro, de um local que já está constituído, um local que é referência da cidade de Porto Alegre e um local que precisa acolher melhor a população, já que ele é o coração da nossa cidade, o Centro Histórico. Então, é necessário que se tomem as providências, que o governo começou a tomar providências que vão mexer na vida das pessoas, de quem trabalha no Centro, providências que serão necessárias para um futuro rápido da nossa cidade de Porto Alegre – ter um Centro, onde possa receber as pessoas que aqui vivem, receber os turistas para gerar mais renda, permitir um acesso fácil às pessoas com deficiência, aos idosos e à população. Então, é necessário mexer nesse Centro. O 4^a Distrito é outro que a gente só vê o fechar de empresas, os galpões abandonados, e aquela região – pasmem, colegas vereadores! – conseguiu fechar até o único, pode-se dizer assim, meio de movimentar aquela região que eram as casas noturnas. Hoje, quase todas fecharam, de ponta a ponta, da Av. Farrapos e nas ruas próximas. E aí se monta uma estrutura para o 4^o Distrito, onde várias empresas estão se instalando; cervejarias, bares, restaurantes, hotéis, estão ocupando, dando vida ao DC Navegantes. E aí tu precisas ter um plano que saia... Então, nós não estamos deixando de fora a periferia; pelo contrário, a cidade tem feito obras, muitas vezes, que causam transtorno para as pessoas, como, por exemplo, a água no Morro da Cruz, que, até o final do ano, vai estar resolvida. É algo que vem desde o tempo em que eu morava no Morro da Cruz, Ver. Oliboni. Na frente da casa da minha avó, na Dona Firmina, tinha bica que fornecia água para todo o Morro. Nós estamos mexendo em estruturas que vêm de décadas e décadas na nossa cidade. Agora, essa questão de investirmos, e como foi investido em todos os parques, em luz de LED, troca de fiação, postes novos, realmente, nós temos que ver. Porque nós temos em torno de 190 parques de parques; nós temos os comerciantes em alguns dos grandes parques, principalmente o Marinha do Brasil, que atuam ali; nós temos as pessoas que circulam no parque; nós temos a Brigada Militar; nós temos a Guarda Municipal, e, mesmo assim, a gente vê esses absurdos das pessoas saírem com um poste de dentro do parque. Não são só as lâmpadas. Então, realmente, nós precisamos mexer em algumas coisas. Eu acho que precisamos mexer urgentemente. E esse é o papel desta Casa, seja através de uma comissão especial ou das comissões permanentes. E podemos começar a mexer hoje, por meio do projeto do Ver. José Freitas, do projeto da Nádia, que trata dessa questão do que chega lá na ponta do ferro velho. Não é o ferro velho que se pega na rua, a garrafa vazia. Os que têm a minha idade, lembram muito bem disso: as pessoas passavam na rua comprando osso e ferro. E hoje não é isso o que nós queremos ver; nós queremos ver o que está lá sendo comercializado, bem como a procedência do que está no ferro velho. Porque se a pessoa rouba a iluminação de uma praça, se a pessoa rouba os fios de uma rua, é porque alguém compra. Então nós temos que descobrir quem é que está comprando, nós temos que descobrir a necessidade que tem a pessoa de roubar isso

e entregar na nossa cidade. Nós já temos uma comissão especial nesta Casa discutindo o Plano Diretor, nós já temos o governo embarcado nesse projeto do Plano Diretor, agora, nós precisamos resolver casos específicos. E esse caso das praças e dos parques de Porto Alegre é um caso específico. Não adianta a cidade investir, investir, investir, e, na hora que a população for usufruir, a população não encontra a iluminação, não encontra a estrutura, porque ela foi roubada e danificada. Isso é no Marinha do Brasil, isso é no Chico Mendes, isso é em todos os lugares de Porto Alegre. A questão que o Ver. Oliboni fala das audiências públicas, as audiências públicas são esvaziadas até pelos vereadores. Na última, só estavam eu e Vossa Excelência. Os interesses têm que ser mútuos, afinal nós chegamos aqui, porque uma parcela da população nos elegeu, e eu acredito que nós representamos essa parcela da população. Volto, para encerrar, lembrando o que era a orla do Guaíba. Eu vi vereador chegar aqui dentro desta Câmara com um galho de árvore, dizendo que estavam desmatando as árvores na beira do Guaíba, um galho de árvore! E hoje nós vemos essa orla entregue à população de Porto Alegre, essa orla trazendo turistas, essa orla jogando a nossa cidade para o mundo, como a orla de convivência de toda a população, de convivência do povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O prefeito Sebastião Melo está com a palavra para as considerações finais.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, primeiro eu quero começar com uma convergência que eu tenho com o meu amigo Oliboni. Eu acho que nós precisamos ter mais espaços nas periferias, nós temos debatido muito isso e temos convergência em relação a isso. Existem alguns locais: tu pegas o Chico Mendes, está lá numa periferia; tu pegas a praça México, atende a uma grande região; o Mascarenhas também atende a uma boa região periférica; o Centro Cultural da Bonja é um exemplo também, que é uma contrapartida, que é na tua região, que tu conheces muito bem. Mas reconheço, Oliboni, que nós precisamos dar um passo adiante. A cidade tem que ser para todos. Agora eu queria, muito rapidamente, dizer o seguinte: a pandemia congelou muitas coisas e também congelou o debate do Plano Diretor. Ela também congelou o Plano Diretor, Srs. Vereadores, porque a Universidade Federal do Rio Grande do Sul acabou não aprovando o acordo com o PNUD, que é uma perna da ONU. Nós não estamos parados, mas eu acho que, se feita uma revisão do Plano Diretor no meio da pandemia, seria um erro muito grande. Então, nós vamos fazer o Plano Diretor na sua revisão geral. O que é que nós estamos fazendo? O Plano Diretor do Centro já está demonstrando para a cidade uma revitalização, então, foi um acerto do Executivo e um acerto desta Casa acolher o Plano Diretor, porque ele já reflete um Centro melhor para a cidade de Porto Alegre. O que está em debate nesta Casa, e o tempo desta Casa é um tempo que será respeitado, é o 4º Distrito, que é um bairro que voa. Na semana passada, a Fraport liberou o uso da extensão da pista, um terminal novo de passageiros, um

terminal novo de carga, uma garagem nova e uma pista, isso é bom para o Rio Grande, é bom para o Brasil, é bom para o 4º Distrito, é bom para Porto Alegre. Então, olhar o 4º Distrito é olhar para a inovação, é olhar para oportunidade, é olhar para a ocupação do espaço público e acolhimento dos que mais precisam, como a Santa Terezinha, que é uma questão do 4º Distrito, Ricardo – o Ricardo é o prefeito competente, no governo isso é responsabilidade dele. Não há recuperação do 4º Distrito se não tiver o olhar para os que mais precisam, é assim que nós pensamos e é assim que nós agimos. Agora, eu queria dizer o seguinte, meu caro Oliboni, nós somos mais ou menos da mesma idade, o senhor já é vereador há muito tempo, o senhor é muito bem informado, mas eu participei do Pontal do Estaleiro, uma das maiores tragédias desta cidade e vou dizer o porquê: o teu prefeito Tarso Genro estava certo, porque o teu prefeito Tarso Genro, quando mandou para esta Casa, mandou o Pontal do Estaleiro para uso misto, a emenda do João Dib, que sentava naquela cadeira, ali atrás do Ferronato, é que tirou o uso misto – na minha avaliação, o João Dib acertou demais na vida dele, mas naquela ele errou. Portanto, essa obra poderia estar pronta em 2012, e vai ser entregue para a cidade agora, então um atraso para a cidade. A cor do prédio é a mesma, a altura é a mesma, a tintura é a mesma, não mudou nada, a única coisa que mudou sabe o que é? É que esta Casa dizia aqui que pessoas não podiam morar lá. Eu, com certeza, não tinha condições de comprar um apartamento para morar lá, mas agora tem o hotel, que vai estar lá. Então, eu não tenho nenhum problema com isso. Acho que foi um erro fazer um plebiscito, que não que foi um plebiscito, foi uma consulta que gastou meio milhão de reais, que 19 mil pessoas participaram e deu no que deu, atrasou essa obra 12 anos. Sou totalmente contrário a isso. Aliás, quero dizer para vocês duas coisas mais: tem uma ONG que entrou agora com uma ação na justiça, a Dra. Eleonora acabou de contestar, que quer que todas as edificações que foram feitas a 500 metros, sejam afastadas 500 metros do Guaíba. Nós vamos ter que derrubar o Iberê Camargo, nós vamos ter que derrubar o Cais Mauá, nós vamos ter que derrubar o Pontal do Estaleiro, nós vamos ter que derrubar o BarraShoppingSul, porque não tem 500 metros de afastamento, que é o que está no Judiciário, para o Judiciário decidir e dizer: “Não, vocês não podem construir”. Eu penso o contrário, acho que as construções, quando urbanisticamente bem-feitas, podem casar muito bem o rio com a cidade. Penso totalmente contrário disso. Da mesma forma agora, vereador, vocês acham razoável, nós estamos gastando o dinheiro do povo, R\$ 22 milhões para limpar os arroios. Só no Passo da Mangueira foram 1.852 pneus em 2 quilômetros, fora do Manecão, fora do Gabiroba, fora do Ipiranga, e, aí, a gente vem limpando o arroio como vocês estão vendo. Aqui na ponta do encontro com o rio tem alguns ninhos de cágados, e a Prefeitura, através da SMAMUS, identificou e foi fazer a transferência desses cágados para poder entrar com a máquina. Pois esta ONG foi lá, entrou na Justiça e o juiz deu uma receita maior do que uma bula de remédio, dizendo o seguinte: vocês vão ter que levar seis meses para atender para não limpar o arroio. Com toda a sinceridade, meus amigos, a cidade pode muito bem casar a sustentabilidade com o desenvolvimento. Então é nesse diapasão que nós vamos tocando, é com diálogo, com construção, respeitando quem pensa diferente. Quero dizer ainda que chegará a esta Casa, ainda esta semana – até queria trazer em mãos,

Presidente –, alguns projetos da Educação que envolvem o Conselho de Educação, Plano Municipal de Educação e tem um projeto que consideramos revolucionário que é uma poupancinha para os alunos. Nós quebramos a cabeça, a Procuradoria, a Fazenda, e a gente vai enfrentar esse tema no Tribunal de Contas, porque eu acho que esse é o dinheiro mais bem empregado. Aquele aluno, que respeitar o professor, que respeitar a família, que passar de ano, que tiver bom comportamento, vai receber um depósito na sua conta e, lá no final, ele vai poder tirar esse dinheiro e ter o seu pequeno empreendedorismo. Então, esses projetos chegarão a esta Casa. Nós estamos em fase final, para ser votado no Congresso Nacional, uma possível transferência de recursos para custear o transporte coletivo. Esses recursos nós só podemos receber se assim for votada a matéria, se nós tivermos um fundo que efetivamente esteja estreado para receber isso. Por fim, eu queria dizer, não disse no início, que foi graças ao esforço desta Casa, dos vereadores que tiveram coragem de enfrentar os temas das sete isenções, a questão da Carris que hoje já gasta menos, e nós estamos fazendo um PDV em que sairão 400 funcionários, até o final deste mês e próximo mês, sem fazer nenhuma falta para a Carris. E foi pelas sete isenções, pelo passe livre, pela questão dos cobradores, que nos proporcionou também colocar alguns recursos, o que não é pouco, mas fazer com que a passagem de Porto Alegre também não subisse. Então, se por um lado, nós pedimos sacrifício, por outro lado, nós estamos oferecendo uma passagem que é de R\$ 4,80 – os empresários queriam que fosse R\$ 6,00, o que iria interferir no bolso de cada um, no bolso da informalidade, no bolso daquele que não tem emprego, daquele que está procurando emprego. Então, o nosso governo tem procurado, Presidente, trabalhar com muito equilíbrio todos os temas; é claro que não tem recurso para tudo. Sábado eu passei toda a manhã na Ponta Grossa. Olha, meus amigos, vai sair um empréstimo de R\$ 43 milhões, e não dá para resolver um terço do problema lá, porque aquilo ali é de chorar, ver as casas alagadas, as pessoas não conseguirem sair de casa. Hoje de manhã eu estava lá, com o Ver. Janta, lá na vila Dois Irmãos, que é do outro lado do nosso arroio Feijó; então, de todos os desafios hoje no transporte, eu diria que o desafio maior de Porto Alegre é a drenagem urbana. Nós temos que dar um passo adiante, não dá para continuar desse jeito, não tem cidade boa, alagada dessa forma. Então, Presidente, encerro dizendo o seguinte: nós estamos aqui pedindo ajuda, pedindo ajuda para discutir se devemos conceder parques ou não, se devemos ter mais Refúgio do Lago em alguns parques ou não. É crime ter esse tipo de coisa? Nós devemos ter mais cercamento eletrônico? Eu respondi que sim. As hortas – vai sair um decreto essa semana, está aqui o Germano –, vamos avançar nas hortas comunitárias, os terrários urbanos; estamos no segundo terrário urbano, o segundo ali agora na Av. Neusa Brizola com a Rua Lucas de Oliveira, aquele pedaço de terra que não tinha nada, ganhou-se uma concorrência que vai fazer ali uma academia, uma cafeteria, o sujeito vai ganhar um pouquinho de dinheiro, e qual é a devolução para cidade? Cuidar do espaço público, dar convivência ao espaço público. Então, eu acho que esses temas todos estão postos sobre os espaços públicos, mas não se discute espaço público com ideologia, não pode ideologia, quem é de esquerda é contra, quem é de direita é a favor, não é por aí que nós vamos debater, não; nós estamos discutindo o uso do espaço público com liberdade e

com responsabilidade. Quem tiver uma boa ideia nos dê essa ideia, para mim pode ser de esquerda, de direita, de centro, de qualquer lado ela é bem-vinda. Então o nosso muito obrigado e eu volto a reafirmar a esta Casa, tanto eu, quanto o Ricardo, quanto os nossos secretários, Presidente, líder Janta, vice Jessé, vice Cláudia, os nossos secretários estão à disposição nas comissões, no plenário, o prefeito, o vice-prefeito, porque eu acho que o diálogo é o caminho para construir saídas importantes para melhorar a vida da cidade e a vida das pessoas. Muito obrigado, bom trabalho a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Sr. Prefeito e Sr. Vice-Prefeito. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h02min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h04min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 1º a 3 de junho de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): Hoje, este período é destinado a homenagear a Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 079/22, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Marco Dangui Pinheiro, presidente.

Prestigiam esta solenidade o presidente do Conselho Consultivo da liga, Sr. Júlio Teixeira, professor; demais diretores e integrantes da entidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC): Boa tarde a todos que estão presentes e a quem nos acompanham pela TVCâmara; é com muita alegria que eu estou aqui hoje prestando essa homenagem, junto com todos os nossos colegas vereadores e convidados, à Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul. A Liga é uma entidade cívico-cultural, criada no dia 7 de setembro de 1916, por Olavo Bilac, com o intuito de incentivar o patriotismo do cidadão brasileiro. Com mais de cem anos, aliás, com 106 anos de história, a Liga é apartidária, independente, imparcial e transparente, tendo

como seu princípio estimular o patriotismo, o respeito e o culto aos símbolos nacionais, a tudo aquilo que nos torna uma nação. O trabalho desenvolvido pela Liga está bem destacado na educação. As propostas da entidade resultaram na obrigatoriedade do ensino do português correto nas colônias de imigrantes que anteriormente ensinavam o idioma de origem. Também se deve à Liga a inclusão do ensino formal de assuntos ligados ao civismo e ao patriotismo nas escolas, muitos deles que precisam ser resgatados pela sociedade nos dias atuais. O canto do Hino Nacional, o culto à Bandeira e o conhecimento da história da Pátria, aquela história baseada em fatos, não a história construída sobre narrativas. Ainda por iniciativa da Liga, foi estabelecida a Semana da Pátria com atividades de ensino da nossa história e abertura com fogo simbólico da Pátria. Que possamos pegar como exemplo todo o trabalho desenvolvido pela Liga e todo o amor destinado à Pátria, desejo de resgatar o patriotismo a partir da educação básica, pois a geração educada com esses valores poderá mudar a situação e reivindicar, com amor à Pátria, as mudanças necessárias para dignificar a Nação. Sendo assim, prefeito Melo, por promover ações sociais, educacionais, cívicas e culturais, mobilizando a sociedade, caros colegas vereadores, presto esta homenagem à Liga em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados em favor da Pátria. Para não me alongar nesta fala de homenagem, recorro ao fundador dessa Liga, Olavo Bilac, para finalizar, ele disse: "Venham para nós todos os brasileiros que sintam dentro dos seus peitos o Brasil. A grande Pátria aceita todos os credos: só não aceita os que em nada creem". Obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.). Muito obrigada, Ver^a. Fernanda Barth. Quero te cumprimentar pela merecida e justa homenagem hoje à Liga de Defesa Nacional; cumprimentar o nosso Presidente da Câmara de Vereadores, Idenir Cecchim, em teu nome, todos os colegas, as pessoas que estão nos acompanhando aqui e pela TVCâmara; cumprimentar o nosso prefeito Sebastião Melo e, em especial, o presidente da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, Coronel Marcos Danguí Pinheiro, em seu nome, cumprimento todos homens e mulheres que aqui estão para esta homenagem. Quero dizer que a Liga de Defesa Nacional é algo que nos deixa muito honrados porque é exatamente aquela entidade que faz fazer valer os valores tão esquecidos nos dias atuais, seja nas escolas, seja no dia a dia das pessoas. A Liga está sempre ali com fogo aceso, levando a todos os patriotas esse nosso Brasil verde amarelo tão necessário, fazendo, fomentando junto a crianças e adolescentes aqueles valores que são mais caros para todos nós, a honra, a ética, a transparência, o orgulho de ser brasileiro, de bater no seu peito e dizer: "Eu estou aqui para servir a Pátria." Enquanto alguns se servem dela, nós temos a Liga lembrando, a todo momento, que o nosso dever é servir à Pátria Brasil, e, assim, honrar os nossos símbolos, os nossos hinos e fazer com que essa nova juventude que serão juízes, serão promotores, serão novos professores, engenheiros, militares, enfim, serão o futuro da Nação possam realmente levar a nossa bandeira com a ordem e o progresso para aonde eles tiverem. Fernanda Barth, novamente, parabéns a ti por estar trazendo à Câmara de vereadores,

relembrando que a Liga Nacional de Defesa é algo muito importante e que nós devemos saudá-la a cada momento que ela faz um trabalho para o futuro, no presente, para o futuro, relembrando sempre o nosso passado. Se nós não lembrarmos do passado, nós não somos ninguém. Vida longa à Liga e parabéns sempre pelo trabalho sendo realizado.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC): Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Sr. Marco Danguí Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

SR. MARCO DANGUI PINHEIRO: Sr. Presidente, muito obrigado pela recepção, não sei se eu vou obedecer ao seu comando de diminuir ao máximo a minha palavra, tenho algumas coisas para dizer. Sr. Prefeito, vice-prefeito meu amigo Ricardo Gomes, eu queria dar um cumprimento especial ao Coronel Ikeda que esteve aqui conosco. Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus caros compatriotas integrantes da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, senhoras e senhores, mais uma vez, com muita honra, com muito respeito que venho ocupar esta tribuna no plenário do Parlamento da capital gaúcha. Vou falar em nome da Liga da Defesa Nacional. A presença da Liga aqui sendo homenageada é motivo de muito orgulho e forte sentimento cívico para todos os compatriotas integrantes da Liga. Quero agradecer especialmente à vera Fernanda Barth por esta homenagem e faço este agradecimento com muita satisfação e convicção, calcado em dois aspectos essenciais. Agradeço também as palavras da Comandante Nádia, muito obrigado. De início, agradeço também por esta homenagem ser proposta pela jovem política Fernanda Barth, vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre e presidente da Comissão de Educação desta Casa, cuja forte atuação já extrapola as fronteiras do Município, se estende pelo Estado e pelo País. Os temas que ela defende são abrangentes e polêmicos, o que vem provocando duros embates aqui na Câmara, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Escola sem partido, ideologia de gênero, linguagem culta nas escolas, ensino a domicílio, exclusão do passaporte vacinal, entre outros temas importantes, nada que surpreenda quem a conhece. Espírito combativo, profundamente definida em suas convicções políticas e com vasto conhecimento da dinâmica social, não só do nosso Estado, vereadora, eu sei disso, mas também brasileira. Aprendi a admirá-la e respeitá-la desde as manifestações de rua, em 2003. Hoje tem um lema que bem define a sua postura: segurança para viver e liberdade para trabalhar – vou abordar esse ponto mais à frente. Muito obrigado, vereadora, como dizemos na caserna: “Prossiga na missão, o seu caminho está aberto, muitos seguirão.”

No segundo aspecto, a homenagem à Liga se torna importante porque evidencia a luta travada para estimular o patriotismo e o serviço entre os brasileiros. Luta que contribui decisivamente para fortalecer princípios e valores tão caros aos conservadores deste País. A faixa populacional mais expressiva e que caracteriza a

civilização construída sobre este mesmo território e, nesta cena, nesse caminho comum, vereadora, a forte construção conjunta de ações que muito solidificam a luta tenaz que estamos travando. Isso porque internacionalistas encrustados em todos os setores do Estado brasileiro tentaram eliminar os valores patrióticos dos brasileiros durante o último século. As ações para deturpar a cultura, mudar a história e os símbolos da Pátria e desqualificar os grandes vultos que montaram a Nação caracterizam a nefasta estratégia que perdura até hoje, agora com nova formatação de multilateralismo, globalismo e ambientalismo. A luta conjunta que temos, vereadora, é essa.

Vou falar um pouco sobre a Liga, o que ajudará a entender o caminho comum. A Liga é uma entidade voltada ao fortalecimento do espírito patriótico e civil dos brasileiros, bandeira forte dos conservadores; foi criada pelo poeta Olavo Bilac, em 1916, juntamente com o Miguel Calmon, Pedro Lessa e outros compatriotas ilustres, lá no Rio de Janeiro. O seu primeiro presidente foi o Presidente da República Wenceslau Braz. Na visão deles, a Liga iria contribuir decisivamente para aumentar o sentimento da nacionalidade brasileira, para incutir na sociedade o compromisso de bem servir à Pátria e para gerar em cada cidadão o orgulho de ser brasileiro. Ao longo desses mais de cem anos, sucessivas gerações de compatriotas cumpriram os propósitos daqueles brasileiros ilustres. Meus parabéns a todos nós que estamos continuando essa luta. Todas as ações desenvolvidas desde então, inclusive as comemorações do bicentenário da independência do Brasil neste ano, estão inseridas nessa nobre tarefa de estimular, nos filhos da terra, a reverência à Pátria. O patriotismo e o civismo são as grandes forças que unem os cidadãos, de norte a sul e de leste a oeste, deste imenso território, união essencial para gerar as forças de indução do desenvolvimento social e para propiciar a necessária consistência à civilização brasileira. O patriotismo é atávico, é um sentimento natural do ser humano, expressa o seu vínculo afetivo com o lar, com o chão onde nasceu, com sua cultura e com sua história. Enquanto existir uma pessoa sobre um território, haverá o patriotismo, seja ele expresso, consciente e visível, ou seja, ele apenas latente. A nação é concreta: povo e território; a pátria é sentimento, é afeto pela nação; e civismo é o respeito consciente a tudo isso. A tarefa de fazer o Brasil avançar é difícil nos dias de hoje. Nós vimos o prefeito Melo aqui trazendo um aspecto essencial para nossa cidade, importantíssimo para a construção da nossa casa. O nosso País parece não conseguir andar sem ser embalado por crises, em todos os setores. As crises moderadas, as oscilações pendulares do processo político e as evoluções das práticas econômicas, entendo, são ciclos naturais do processo civilizatório, com origem e soluções intrínsecas na própria dinâmica social. No entanto, as turbulências graves que vêm se sucedendo no País precisam ser melhor avaliadas, para ser verificada a capacidade de a Nação suportar as mudanças bruscas e graves, ou mesmo indicar e definir se essas crises produzem resultados positivos ou se retardam o desenvolvimento social, econômico e político do País. Considerados esses cenários turbulentos, venho há muito tempo fazendo um apelo nos vários fóruns de debate no sentido de que os homens e mulheres em todos os níveis do espectro social se empenhem para conscientizar todos os brasileiros da necessidade de ter um olhar generoso sobre o nosso chão e sobre o nosso povo. Esse ânimo deve ser o eixo de estímulo da ação de cada um,

muito para evitar as crises devastadoras. Em que se pesem as análises com viés negativo da dinâmica social brasileira, em qualquer cenário que se avalie não poderá haver nenhum questionamento sobre aspectos fundamentais da Nação. A liberdade da nossa gente, a integridade territorial e a soberania do Estado brasileiro sobre o nosso território. Houve esforço e sangue dos nossos antepassados para concretizar a Nação, e não cabe às gerações atuais permitir que se modifique esse legado, pelo contrário, há que se defender e passar esse compromisso para as gerações futuras. É um lema dos conservadores. É crime de lesa-pátria e desídia moral qualquer agressão contra esses valores. Assim, penso eu, faz-se necessário que o Brasil retome o seu projeto nação livre, independente e soberana, que retome o rumo perdido em algum ponto da trajetória, que Brasil recupere para cidadãos o ambiente acolhedor e promissor – e eu volto ao seu lema, Ver.^a Fernanda Barth: acolhedor no sentido de dar segurança para as pessoas, segurança física e emocional, aquela segurança promovida pelo acato de todos os cidadãos às leis, e se essas forem desrespeitadas, que seja a segurança imposta pela ação do Poder Judiciário, ou que seja a segurança provida por forças policiais e militares que inibam a ação de malfeitores e inimigos da Pátria. Que seja acolhedor no sentido de permitir aos cidadãos usufruírem de seus bens, de suas propriedades e do espaço público com serenidade, sem terem a sua integridade física ameaçada. Que seja um País de tal forma acolhedor que gere a sensação de ser a extensão reconfortante do berço familiar onde nasceu e cresceu cada cidadão brasileiro. Sr. Presidente, que seja promissor para gerar a confiança dos filhos da terra no resultado do seu trabalho e de sua arte, tão promissor que permita a realização pessoal de todos os brasileiros nas suas profissões, e que seja o berço da concretização de seus sonhos. Que seja tão promissor que não estimule os filhos da terra a olharem para outros rincões na busca de lugares onde seus talentos e conhecimentos tenham o justo reconhecimento e a justa recompensa financeira e social. Tenho a confiança de que vamos retomar a nossa Nação porque nós, brasileiros, queremos, e essa vontade é soberana e decisiva. Usaremos para isso a força que os brasileiros expõem e os meios que forem necessários. Nós vamos ainda recuperar o orgulho de sermos brasileiros e promover a consolidação dos valores e princípios que embasaram a formação da nacionalidade brasileira. Senhoras e senhores, Srs. Vereadores, Sr. Presidente, ao falarmos de patriotismo, e se dermos um olhar para o imenso território brasileiro, percebemos quanto temos que fazer, todos nós, para levar o Brasil para realizar o projeto de Nação que queremos, acolhedora e promissora, de ser uma grande potência, de ser uma Nação desenvolvida, coesa e respeitada por seus nacionais e por estrangeiros. Enquanto nós brasileiros amarmos nossa querência, sagrarmos nossos símbolos e nos orgulharmos de nossa história, ou seja, enquanto formos patriotas, estaremos fortalecendo o Brasil e concorrendo para concretizar esse projeto de Nação. O patriotismo será a grande força de união dos brasileiros para concretizar o propósito. Esta homenagem, Ver.^a Fernanda Barth, contribuiu muito para pavimentar esse caminho. Muito obrigado à senhora, obrigado a todos. A alma de uma Nação é o espírito patriótico do seu povo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, cumprimentos aos nossos visitantes, que acompanharam seu presidente. Parabéns pelo trabalho. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h27min.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP) – às 15h32min: Estão reabertos os trabalhos. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo ao SAMU como força de suporte tático, bem como nas políticas de combate da violência à mulher no âmbito do município de Porto Alegre e a necessária regulamentação do exercício profissional da enfermagem na administração pública municipal. A Sra. Rosana Metrangolo, representando o Sindcaers, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ROSANA METRANGOLO: Boa tarde, senhores vereadores, Presidente da Câmara, é um grande prazer estar aqui no mês de maio, representando a saúde. É um mês muito importante para todos os profissionais de saúde e também para a mulher brasileira. Então, eu acho que o mês de maio tem essa representação importante. Gostaria de dizer para vocês, inicialmente agradecendo aqui ao presidente João Reus, de São Leopoldo, nosso querido presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Rio Grande do Sul. Esse sindicato tem uma pauta histórica, é um grande sindicato que está presente em 165 municípios gaúchos, não é um pequeno sindicato. Ele está na forma terceirizada, na forma contra atualizada, na forma estatutária, parceirizada. Mas o importante é que o condutor de ambulância é parte do serviço de atendimento móvel de urgência, ou da assistência programável. Então o que nós temos para dizer sobre essa grande categoria? Eles são a força tática da cidade, é uma força da saúde, assim como a Brigada Militar, assim como o Corpo de Bombeiros; é o SAMU que está presente nas situações de calamidade, nas situações de acidentes de trânsito, de desarmamento de bombas, o SAMU sempre é chamado junto para atuar como uma força tática. Mas o que eu gostaria de pedir?

Presidente, só que está um burburinho, não estou conseguindo usar a palavra, desculpa, a gente tem que ter patriotismo e educação... (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O seu tempo está garantido.

A SRA. ROSANA METRANGOLO: Eu gostaria de passar para vocês o seguinte, o que eu tenho para passar sobre o Sindicato é que os condutores de ambulância, no ano de 2016, a Prefeitura de Porto Alegre editou a Lei nº 11.080/2011. A partir daí, unificaram-se os salários do condutor de ambulância, as categorias 2, 3 e 4, ou seja, no município de Porto Alegre, de 2 ao 5, o condutor de ambulância, que é um nível 4, recebe o mesmo salário que o auxiliar de serviços gerais – está, gente? Então já começa que a maior força tática da cidade tem o seu salário equiparado ao nível 2, ao 3 e não tem plano de carreira, da letra A à letra F, o nosso condutor recebe o mesmo salário, R\$ 962,67. Importante dizer para vocês também que esse condutor está registrado no Ministério da Saúde como condutor. A Prefeitura de Porto Alegre o coloca como condutor de ambulância no sistema SUS, no CNES do SUS, mas aqui, em Porto Alegre, ele é nada mais do que o motorista. E essa valorização da categoria, a gente pode ver aqui pelo art. 69, da Lei nº 6.309/88, a gente vê aqui com clareza, gente, que o motorista dos serviços essenciais que está presente em todos os momentos de catástrofes, de necessidade de ajuda da cidade, ele ganha 37,5% de gratificação sobre o salário básico dele, quando o motorista que faz a representação dos veículos oficiais ganha 52,5%. Então, eu gostaria de perguntar a esta Câmara, ao nosso querido prefeito Sebastião Melo, por que dirigir um carro oficial outorga ao motorista 52,5% sobre o salário-base e estar na cena do crime, estar na cena do incêndio, do desabamento, salvando vidas outorga 37,5%. A gente precisa pôr em pauta isso, porque o nosso condutor de ambulâncias que salva vidas – e vamos nos reportar ao nosso colega Gilson, que morreu em 2020, na pandemia de covid-19, lutando pela sua insalubridade de 40% –, por que ele não tem direito a um plano de carreira, em que ele deveria ter o salário do nível 4 e não ter o salário equiparado ao nível 2, dos serviços gerais. Então, o que eu tenho para dizer para vocês, eu não estou pleiteando aumento de salário, mas a devida valorização da categoria. Eu sonho com o dia em que as forças políticas vermelhas, azuis e verdes se unam em torno dos servidores da saúde, porque não é importante qual é o partido que a gente representa. O importante é a capacidade de nós trabalharmos juntos, é isso que é importante. Por fim, antes de terminar essa pauta aqui, eu não quero me alongar muito, eu quero trazer à sensibilização de toda classe política aqui de Porto Alegre aos servidores da enfermagem. Nós já temos o PLE nº 046/2022, que nasceu pela ajuda do Ver. Freitas, e lhe agradeço desde já, vereador, por todo comprometimento com a nossa categoria, somos 200 mil profissionais no Estado do Rio Grande do Sul, e mais de 2 milhões no Brasil, somos uma megacategoria especializada, que merece o carinho de todos vocês. Não adianta só na campanha vocês dizerem para nós que valorizam a saúde, a segurança, a educação; eu preciso que vocês valorizem na prática. A enfermagem, assim como os médicos, trabalha em dois empregos, trabalha em regime de plantões diferenciados, trabalha em cidades diferenciadas, são altamente especializados e precisam de um plano de carreira. Nós necessitamos. Foi nesta Casa que nasceu a LC nº 6.677/2011 e é nesta Casa que vai nascer o projeto de lei que vai tratar do plano de carreira desta grande categoria, que é a enfermagem, e balizar, talvez, o serviço terceirizado de saúde. Em relação a isso, eu queria ver o apoio de toda a classe política, eu queria ver a bandeira vermelha, a verde, amarela, azul, junto trabalhando

pelos servidores da saúde. E o plano de carreira é um espaço político que todos vocês podem atuar, há espaço para todos vocês. Não há necessidade de rugas e de brigas por isso. Então, eu, hoje, aqui, sou vereadora suplente do Partido Republicano, eu defendo a bandeira azul, mas eu também, um dia, já defendi a bandeira vermelha, a bandeira amarela, assim como eu defendo a verde. Não importa a cor da minha bandeira; importa é o que nós efetivamente podemos fazer pelos trabalhadores. Então, eu quero deixar aqui hoje meu pedido de ajuda de vocês novamente, encerrando o mês de maio, que é o mês da mulher, para que a gente não tenha que ver isso de novo, homens passando em frente de mulheres, invertendo a pauta, não cumprindo o que tem que ser cumprido. Eu sou mulher, sim, mereço todo respeito, estava aqui inscrita para falar na tribuna, e é muito triste isso, para finalizar, no mês de maio. Por todo o carinho que eu tenho por toda a corporação, estou aqui falando por uma grande força tática, que é o SAMU, igualmente a qualquer outra força tática da cidade. Então, tem que ficar registrado, vereador, e eu gostaria que ficasse aqui registrado. Porque eu não sou mulher de ficar quieta. Defendo a bandeira verde amarela, como todos vocês, defendo a ordem, a educação, a segurança, mas isso tem que ser para todos nós, com muita com muita responsabilidade. Nós não podemos inverter isso na Casa do Povo, na Casa Legislativa; a gente tem que saber ter o devido respeito. Aqui eu vou encerrar a minha fala com vocês, pedindo a ajuda de todos os vereadores desta Casa, do Ver. Freitas, do Ver. Oliboni, do Ver. Janta, de todas as forças políticas que a gente possa ter, para que a gente possa ajudar os servidores dos níveis 2, 3, 4 e 5 do Município. É preciso que haja um plano de carreira diferenciado, é preciso que as progressões funcionais sejam respeitadas por carreira e por nível de especialização. É necessário, muito necessário que a gente atualize a tabela de vencimentos, porque não é possível que o servidor do nível 2 não tenha direito à progressão funcional, não é direito que o servidor do nível 4, que estudou, se especializou, receba o mesmo salário que o do nível 2. Isso é um absurdo. E não foi a 173 do Presidente Bolsonaro que impediu a Prefeitura de agir assim. Já temos decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que é uma lei restritiva e que não afeta as despesas continuadas. Portanto, não é possível que a remuneração desses servidores continue nessa situação, sem uma atitude da Prefeitura de Porto Alegre. Por fim, eu peço auxílio de vocês para que a categoria da enfermagem possa estar aqui, no mês que vem, defendendo, quem sabe, o seu plano de carreira. Que eu possa contar com a ajuda de cada um de vocês, porque eu quero ver vocês defenderem a saúde sim, mas, desta vez, defender essa grande categoria. Cada um defendendo os trabalhadores da forma que puder trabalhar dentro do seu sindicato, dentro das suas associações, mas fazendo a enfermagem ser respeitada como a grande categoria que ela é. Eu deixo aqui a minha fala, agradeço a todos e espero, logo, em breve, estar aqui presente de novo, sendo respeitada como mulher, respeitada no meu espaço e no meu momento, porque assim eu faço, assim eu ensino os meus filhos e eu gostaria que assim a Casa do Povo fosse respeitada também. Desde já, agradeço a todos vocês por este carinho, por este momento e por estar aqui, no mês de maio, encerrando a pauta da mulher e a pauta da saúde, gente. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Sra. Rosana. Só para deixar claro, houve uma combinação entre todos os vereadores de passar a pauta adiante, isso é bem comum aqui na Casa. A senhora está convidada a fazer parte da Mesa.

O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Comandante Nádia, ao que a enfermeira Rosana se refere é, na verdade, que houve uma inversão de pauta, mas só que essa inversão não foi votada. Eu nem fiquei sabendo, quando eu vi, já tinha passado na frente. Fica o registro de que não foi votada a inversão de pauta, e foi passado primeiro ao período de Comunicações. Fica o registro aí. Enfermeira Rosana, parabéns pelo seu trabalho, há quantos anos no PAM 3, como enfermeira, e também trabalhando junto com a presidência do Sindcaers. Nós sabemos e reconhecemos o quanto é importante o serviço do SAMU e o reconhecimento à categoria, não só aos motoristas, mas aos paramédicos e a todos os enfermeiros, e, principalmente... A minha esposa sempre comenta comigo, esse pessoal que trabalha na saúde, no SAMU, merece todo o respeito e todo o reconhecimento pelo trabalho que eles desenvolvem, principalmente quando a pessoa mais necessita, quando a pessoa mais precisa, seja em qualquer situação, a gente chama o suporte tático e eles estão prontos para atender à população de Porto Alegre, seja um suporte avançado, seja médico, enfermeiro, sempre à disposição da população de Porto Alegre. Então, parabéns pelo teu trabalho como enfermeira e parabéns então pelo sindicato, que está à frente do SAMU. Um forte abraço, vida longa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta neste momento, Ver.^a Nádia, também saúdo a enfermeira Rosana, que traz aqui um assunto muito especial e pertinente, até porque ela fala em nome do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria, em memória, lembrar aqui a luta do Paulo, que há um bom tempo perdeu a sua vida, grande batalhador pela causa também e recentemente o Gilson, vítima da covid. Nós que acompanhamos e sabemos da importância, de valorizar o servidor público, de exigir um plano de cargos e salários, não pode haver essa diferenciação, a senhora inclusive não sabia o quanto a gente anda pela cidade e dialoga com esses segmentos que estão distantes da valorização e que lutam não só dentro do sindicato, mas também na comunidade, que tem a missão de salvar vidas, até porque, você estando numa ambulância, você está com uma equipe com uma enorme responsabilidade de poder chegar a tempo com condições – a gente fala muito –, da ideia da ressuscitação, inclusive muitos médicos falam quando o

paciente está numa situação gravíssima. Então, eu creio que esse assunto deve voltar, sim, eu sugiro que – eu sei da tua relação com o nobre colega e amigo José Freitas que é colega da COSMAM, Comissão de Saúde e Meio Ambiente – a gente possa pautar esse assunto 30, 40 dias na Comissão e, aí sim, os senhores estarão retornando. A senhora terá mais um minuto para dizer se concorda com a vinda de vocês, numa ideia de poder, quem sabe, encaminhar algo que possa dar continuidade, eu diria, a este pleito de vocês. Porque muitas das questões que a senhora traz aqui são de nível federal. Então vamos envolver deputados federais, que apresentem projetos importantes e que a gente possa aprovar aqui moções de cumprimento do piso, de valorização do servidor público. Um grande abraço, contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Amiga Nádía, na presidência dos trabalhos; um abraço à Sra. Rosana Metrangolo; e cumprimentar a todos que estão conosco nesta tarde. Eu me filio à posição do Ver. Aldacir Oliboni para se fazer encontros aqui na Câmara para tratar desses temas de relevância ímpar para Porto Alegre, para a saúde pública. Eu quero aproveitar para fazer uma homenagem ao Sindicato dos Condutores de Ambulância e cumprimentar os profissionais todos pelo trabalho que realizam, tanto aqui em Porto Alegre como no interior do Estado, e essas idas e vindas cotidianas na nossa cidade. Portanto, deixar meus parabéns para a senhora, bem-vinda aqui na Câmara e dizer que nós vamos estar juntos nesses pleitos. E também, como aqui se fala na regulamentação do profissional da enfermagem, quem não compreende a extraordinária importância de vocês nas coisas da saúde pública. Meus parabéns, bem-vinda e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): A Sra. Rosana Metrangolo está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. ROSANA METRANGOLO: Agradeço muito à Ver.^a Nádía e gostaria de dizer que, apesar de eu ser braba, eu já me inspirei num projeto seu da Brigada, maravilhoso, foi um dos poucos projetos que eu gostei muito, no qual me inspirei fazendo um outro para que a gente pudesse andar, depois vou lhe mostrar, com certeza. Então, eu sou braba por natureza, sim, mas é pela defesa dos nossos direitos. Gostaria muito de agradecer ao Ver. Oliboni, que é um guerreiro na luta na saúde por muitos e muitos anos – ele trilha junto conosco em muitas causas. Eu quero, sim, ter o compromisso de trazer os nossos condutores ali na COSMAM, para que a gente possa, Ver. Freitas, fazer essa pauta dos condutores da saúde. O Oliboni acompanha há muitos

anos essa situação; é por isso que hoje eu disse aqui que eu quero ver as bandeiras juntas porque nós somos uma grande força que pode atuar junto na construção desse direito, seja um mediando o outro, seja um trazendo limite ao outro, mas a gente pode construir muito, independente do vermelho, do verde ou do azul, porque o que importa é o que nós nutrimos pelo trabalhador, pelo direito e pelo que nós acreditamos; e isso, o partido Republicanos é azul, mas ele deu o espaço e nutre essa necessidade de se trabalhar pelo trabalhador, tanto quanto eu busquei o amparo muitas vezes na bandeira vermelha, eu busquei na bandeira amarela. Eu conto, sim, vereador, com o senhor, porque eu sei que és um mestre nessa defesa dos direitos. Muito obrigado, Ver. Ferronato, quero muito que a gente traga essa pauta e traga, sim, os condutores. Eles vão vir, sim, com seus uniformes, porque assim como a Brigada Militar, os bombeiros amam o macacão deles, aquilo é a honra da vida deles; infelizmente são muito maltratados, mas nós temos, sim, que fazer projetos bacanas, assim como eu vi aqui o da Ver.^a Nádia, porque eles são uma grande força tática, eles estão presentes em todos os momentos difíceis da cidade, eles têm, sim, que serem reconhecidos, por que eles são parceiros da Brigada, parceiros da Polícia Civil, eles são parceiros da saúde – é muito grande a multiplicidade de atuações do SAMU, isso em 165 municípios; gente, onde tem um condutor, tem uma equipe de saúde atrás. Então, a gente precisa, com certeza, vereador, criar esse espaço para falar deles. Muito obrigado pelo carinho de vocês, por estar hoje aqui. Nós vamos marcar uma COSMAM, sim, vamos trazer essa turma aí; eles vão vir com certeza para conversar com vocês, está bom!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Agradecemos a presença do Sra. Rosana Metrangolo, presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Rio Grande Do Sul – Sindicaers. Convidamos a assistência para que possa vir aqui fazer as fotos também, já que são condutores de SAMU. Os trabalhos estão suspensos para o registro fotográfico e as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP) – às 15h54min: Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Estamos entrando no período de Comunicações e eu queria comunicar uma conquista importante do meu mandato da Zona Leste de Porto Alegre, que deu início hoje, que é o asfaltamento daquele trecho de um quilômetro, da Avenida Ipiranga entre Avenida Antônio de Carvalho e o Beco dos Marianos, e mais um pouco ali em direção ao acesso 2 e o início da subida do presídio Miguel Dário. Para quem me conhece, em 2014,

acompanhei uma audiência pública do então deputado Oliboni, que falava sobre a questão do prolongamento da Av. Ipiranga até a Lomba do Pinheiro, e daí eu falei, lá na ocasião, que daria acordo como líder comunitário do Município de Viamão, mas que deveria ser até Viamão, porque a solução de mobilidade teria de contemplar tanto a Lomba do Pinheiro quanto o pessoal que vinha pela RS-040. Naquele momento acabou surgindo essa bandeira cívica, que teve alguns desdobramentos. Desde 2014 até agora, até recentemente, início deste ano, eu não tinha conseguido uma resposta clara do reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Março de 2021, pedi para a deputada Any Ortiz marcar uma reunião com o prefeito Melo para que nós pudéssemos conversar sobre soluções viárias na mobilidade da Zona Leste de Porto Alegre. O prefeito nos recebeu e perguntou qual seria a solução que nós imaginávamos; eu falei sobre a questão da mobilidade, falei sobre a questão da Av. Ipiranga; ele falou: “Está fechado o acordo com vocês, só que primeiramente eu preciso saber qual é a opinião do reitor relativamente ao projeto viário, se acaba impactando a Universidade Federal. Eu me comprometo com vocês que falarei com o reitor.” Passaram-se três meses, o prefeito Melo, num anúncio da reitoria com a Prefeitura de estudos técnicos com relação ao esqueleto, e também à doação daquele prédio que era da antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Melo, secretário Záchia, secretário Schirmer, Paulo Ramires, eu, Cassio Trogildo, fomos todos na reitoria da UFRGS, e o prefeito falou assim: “Reitor, eu tenho três coisas para te perguntar: primeiro, Av. Ipiranga até Viamão; segundo, esqueleto; terceiro, doação do prédio da antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico”. O reitor ficou meio constrangido, falamos sobre o esqueleto, falamos sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, fomos lá na salinha do reitor conversar sobre soluções viárias para Zona Leste de Porto Alegre. O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul falou exatamente assim: “Eu reconheço o problema, eu reconheço que vocês têm essa dificuldade no deslocamento todos os dias no horário de pico de manhã, no horário de pico de tarde, entretanto, eu, reitor, não posso autorizar que essa obra viária passe por dentro da Universidade Federal. Entretanto, ofereço uma solução para vocês”. Qual foi a solução que o reitor nos ofereceu? Doar duas pistas na Av. Bento Gonçalves em direção à Viamão, do motel Cozumel até a Lomba do Pinheiro e doar duas pistas no sentido inverso Viamão Porto Alegre. Nós, naquele momento, achamos que aquela solução não fazia sentido, mas encomendamos por parte da EPTC um estudo para saber se isso resolveria ou não problema da mobilidade ali. A conclusão a que nós chegamos foi que não, essa solução ofertada pelo reitor não resolveria nosso problema. Então, o que eu fiz? Pedi para o secretário Cassio Trogildo, conversei com o secretário Marcos Felipe, conversei com a EPTC, conversei com a mobilidade. Foi autorizado a fazer o quê? Duas etapas, dois processos. Primeiro: asfaltamento da Av. Ipiranga na via consolidada, ali do Beco dos Marianos até a Antônio de Carvalho, para trazer dignidade para aquelas pessoas que moram ali. É inconcebível que no último quilômetro da Av. Ipiranga, na cidade de Porto Alegre, nós tenhamos um trecho não asfaltado, que uma das principais avenidas da cidade tenha um quilômetro não asfaltado que dá acesso à cidade de Porto Alegre. Fiz o pedido de informações, perguntei quanto é que custaria, ficou na ordem de R\$ 360

mil, empenhei o recurso para fazer execução da obra e, hoje, segunda-feira, hoje, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos iniciou o asfaltamento daquele trecho. Conversei agora ali com o secretário Cassio Trogildo, e essa vai ser a primeira etapa de duas etapas com relação à questão da solução da mobilidade urbana naquela zona de Porto Alegre. Essa não vai resolver o problema da mobilidade, visto que a universidade não permitiu passar um trecho por dentro. Então estamos fazendo aquele asfaltamento para trazer dignidade para aqueles moradores, mas o segundo problema, que é o problema de fato da mobilidade naquela região, é o problema do entroncamento: Bento Gonçalves, Antônio de Carvalho e Ipiranga. Nós estamos fazendo estudos para trazer uma solução viária para transformar aquele entroncamento num anel viário que permita que as pessoas que estão vindo pela Bento Gonçalves possam, atrás do terminal de ônibus, derivar para a Ipiranga sem fazer aquele cotovelo do acesso da Antônio de Carvalho para a Ipiranga, fazendo uma confluência natural. Então a pessoa vem da Bento e se transforma na Ipiranga. No sentido contrário, Ipiranga em direção a Viamão, vai fazer uma confluência em direção à Bento Gonçalves, transformando aquele entroncamento numa grande solução viária de mobilidade, num grande anel viário que vai resolver a integração, tanto dos ônibus quanto dos veículos. Então fico muito feliz por fazer parte desse governo. Agradeço ao prefeito por ter entendido, se sensibilizado, e por efetivamente estar levando soluções para aquela região que a gente sabe que há muito tempo se encontrava esquecida.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Airton Ferronato está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo desta vereadora.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ver.^a Comandante Nádia que neste ato preside os trabalhos, eu quero agradecer o tempo que V. Exa. me dá para tratar desse assunto que eu ia fazer, pedi um aparte ao Ver. Jessé Sangalli, mas como nós não tínhamos aí à disposição o microfone, então a vereadora me cedeu o seu tempo. Ver. Jessé, eu quero cumprimentá-lo por essa sua luta. Eu, particularmente, V. Exa. sabe, passo todos os dias por ali, ou quase todos, e sei muito bem o que é aquele entroncamento no fim da Ipiranga. V. Exa. tem razão, uma das principais ruas de Porto Alegre chega lá no seu fim ou seu início, lá é o fim, que causa aquele transtorno todo em razão de como está conformado aquele espaço, e um simples prolongamento daquela avenida ameniza muito aquele entorno. Eu concordo com V. Exa., isso está se tratando faz décadas, a questão do prolongamento da Av. Ipiranga e a questão que se enfrenta lá com a PUC, com a UFRGS faz muitos anos, que é a possibilidade de uma cessão, doação de uma área para se fazer aquele prolongamento, e daí resolveríamos, Oliboni, V. Exa. conhece muito bem o entroncamento. Também seria muito útil para toda a comunidade ali da Lomba inclusive de Viamão. Sei que V. Exa. é parceiro, assim como outros vereadores, eu olho aqui e falo do Oliboni também, é preciso pensar na mobilidade urbana da nossa Zona Leste. Eu moro ali no Morro Santana, e aquela é uma

região que vem crescendo. Minha Presidente, o nosso Caminho do Meio, eu já ouvi V. Exa. falar por diversas vezes, já participamos, e eu pessoalmente participei de uma série de reuniões para tratar da duplicação da nossa Protásio Alves e o Caminho do Meio. Então nós estamos juntos com V. Exa. nessa luta, que é uma luta de toda a cidade e é uma luta especial para os nossos moradores da Região Leste de Porto Alegre, inclusive de Viamão e também de Alvorada. Um abraço. Meus parabéns pela conquista. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta neste momento, Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, quero dialogar aqui com os nobres colegas, primeiro no tema que o colega Ver. Jessé acaba de trazer para nós e que eu tive a felicidade de, depois do meu terceiro mandato de vereador, me eleger deputado estadual, era no governo Tarso Genro. Fiz muitas audiências públicas, correndo por esse Rio Grande afora, fui candidato depois, não me reelegi, mas estou muito feliz porque voltei à Câmara Municipal de Porto Alegre. Naquela ocasião, estava se debatendo, com a comunidade de Porto Alegre e de Viamão, esse engarrafamento que acontece na vinda, acesso Viamão/Porto Alegre, Porto Alegre/Viamão, quando chega na Antônio de Carvalho há um enorme problema viário ali. E nós temos dois grandes problemas: recurso público do Estado que pode ter até contrapartida do Município para poder ter esse alargamento da pista ou algo semelhante que o vereador Jessé fala, mas grande parte desta área, em ambos os lados, é da Universidade Federal. E a Universidade Federal tinha colocado aquele certo empecilho que era impossível demolir, tirar alguns prédios que são históricos ali da UFRGS. Por outro lado, a comunidade da Lomba do Pinheiro, que tem acesso à Av. Senador Salgado Filho, que vem em direção à rua Antônio Carvalho, para Porto Alegre, acessando a Av. Bento Gonçalves ou a Av. Ipiranga, é onde tem o grande problema. Nós sugerimos, inclusive na época, o Ver. Jessé lembrou bem aqui, uma questão aérea viável na área que tivesse uma possibilidade de um viaduto ir por cima da Av. Senador Salgado Filho, acessando a área da UFRGS e saindo ali na Antônio de Carvalho. Não iria derrubar uma árvore, não ia ter nenhum problema viário porque ela dava a volta por cima, e, com essa possibilidade, todo morador, ou veículo que vem da Lomba, não acessa mais a Av. Senador Salgado Filho. O acesso melhoraria muito para quem vem Viamão ou para quem estaria retornando de Porto Alegre, no final da tarde. Eu acho que o futuro é esse. Inclusive, podemos aqui fazer uma parceria, conversar com o governo, e, agora com a modificação do Plano Diretor, quando chegar a Região Leste, nós propormos juntos, porque essa questão é fundamental. O futuro vai dizer isso: a viabilidade dessa via aérea que não impedirá, nem mesmo na largura em função do custo ou em função do grande muro que tem ali, enfim um lugar muito íngreme, não tem como, seria um custo muito

alto para poder viabilizar. Então é nesse sentido que eu uso parte da liderança para poder falar sobre esse tema.

Quero também utilizar mais esses dois minutos que tenho para poder parabenizar a comunidade da Lomba do Pinheiro. Hoje numa reunião... ela já vem numa luta de mais de três anos, este vereador vem acompanhando essa luta pelo ensino médio na escola Maria Chika na parada 16 na Lomba do Pinheiro. Nós temos na Lomba do Pinheiro – um bairro da região Leste Porto Alegre – somente o ensino médio na parada seis, e nas demais 16 escolas de ensino fundamental da região só tinham essa opção: ou iria para o ensino médio na altura da parada seis, ou viriam para Porto Alegre, e isso cria uma enorme evasão escolar. O poder aquisitivo da comunidade é baixo, e agora a Secretaria de Estado nos deu a informação hoje pela manhã que, a partir de 2023, vai ter também o ensino médio na escola Maria Chika. Portanto, quero parabenizar não só aos autores dessa iniciativa da comunidade, à deputada Sofia Cavedon, a este vereador e a tantos amigos, companheiros que lutaram por este grande brilhante ação. É assim que a gente constrói projetos, uma cidade melhor e algo que dialogue com a demanda e com a necessidade da população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Comandante Nádia; boa tarde a todos os vereadores e vereadoras e também ao público que nos assiste por meio da TVCâmara. Venho hoje a esta tribuna para dividir com os nobres colegas sobre a Lei originária nº 12.512/2019 de minha autoria, que assegura à criança e ao adolescente, cujos pais ou responsáveis sejam pessoas com deficiência ou com 60 anos ou mais. Há prioridade de vagas em unidade da rede pública municipal de ensino mais próxima de sua residência. No primeiro ano de aplicabilidade dessa lei, recebemos a satisfatória notícia de que a mesma está sendo executada, cumprindo assim o objetivo desta Casa parlamentar, que é criar leis que venham ao encontro das demandas da comunidade. Pois, através da Lei nº 12.512/2019, a Secretaria Municipal de Educação, SMED, publicou a Portaria nº 058, de 2021, de inscrição para vagas educação infantil/2022, e os fatores dessa lei como indicadores de maior pontuação na classificação na lista de inscritos para a ocupação de vagas nas escolas. No processo de inscrições para a educação infantil/2022, foram beneficiadas com a referida lei 71 crianças, conforme o registro no sistema de informações da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.

Com essa reflexão, chamo a atenção dos colegas para que as informações de nosso trabalho, como legisladores, sejam ainda mais divulgadas e acessíveis aos nossos porto-alegrenses, para que esses façam valer os seus direitos, uma vez que esses números ainda são simbólicos, pois a demanda é bem maior e depende de nós a

fiscalização de nosso trabalho. Obrigado, Comandante Nádia, nossa Presidente. Que Deus abençoe a todos. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde. Ver.^a Comandante Nádia, presidindo os trabalhos na tarde de hoje; colegas vereadoras, vereadores, imprensa, assessores. Então, retomamos a questão do cercamento dos parques. Estamos aqui com o pedido do prefeito para iniciar um debate e uma conversa sobre cercamento dos parques. Pelo que me lembre, em 2015 esse assunto já acontecia na Câmara de Vereadores, e lá naquela época a grande maioria não queria, não cogitava essa possibilidade. Ocorre que o vandalismo, os crimes, assaltos, a insegurança nos faz, e principalmente ao comandante da cidade, ao prefeito Sebastião Melo, trazer esse tema de volta. Alguma coisa tem que ser feita. É claro que é um absurdo nós sermos obrigados a cercar uma área pública por causa do vandalismo, por causa da insegurança. Que eu saiba, a Constituição Federal diz que é obrigação do Estado oferecer a todo e qualquer cidadão a segurança. Mas não nos resta outra alternativa. Vamos citar aqui o Parque da Redenção, em Porto Alegre, cenário constante de crimes e depredações. É um tema complexo que envolve debates e consulta à população, mas por outro lado, nós não temos alternativa senão cogitar essa possibilidade do cercamento, não esquecendo jamais que cada parque tem as suas características. Não podemos padronizar! Achar que todos devem ser cercados é um erro; cada um carece de uma análise, cercamento de forma eletrônica ou por grades. Eu defendo a discussão, agora sabemos aqui que não dá mais para os cofres públicos terem esse custo. Escutei o prefeito dizer que os furtos da Redenção custarão aos cofres públicos R\$ 600 mil; que a companhia Carris ficou três dias sem luz porque roubaram os fios. Isso é um absurdo! Quer dizer, então é o tipo da coisa que deixa de entrar dinheiro para outras coisas porque se está ali enxugando gelo. Temos que fazer alguma coisa! Mesmo aqueles que como eu, passaram dizendo que parques são espaços democráticos e que, de preferência não fossem cercados, hoje já estou revendo o meu pensamento. Existem parques que terão que ser cercados. Uma outra questão que eu quero apontar aqui, eu tenho, assim como as colegas e os colegas vereadores, a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Freitas têm, um projeto de extrema importância, que solicita que essas pessoas que vendem fios e ferros, enfim, que tudo tenha procedência e comprovem essa procedência. Eu tenho também um projeto que é uma legislação extremamente importante no momento em que – estou aqui procurando projeto – ele tem como objetivo consolidar monitoramento nas praças e parques com metragem superior a 10 hectares. Planejar, para que a Prefeitura consiga fazer essa segurança através de um efetivo da Guarda Municipal, e que a iniciativa privada construa as guaritas. Seria uma parceria, isso estimularia a presença de frequentadores das praças e parques com segurança; teríamos uma maior fiscalização dos parques

oportunizando aos usuários desfrutarem desses locais em qualquer horário; inibir a presença de vândalos e atos que comprometam a tranquilidade desses frequentadores, de moradores também do entorno e do comércio local. É importante destacar que nós vivemos, nos últimos tempos, pós pandemia, que os parques e praças tiveram uma importante função para a saúde física e mental dos frequentadores. O aumento de práticas de esportes, para concluir, foi visível. Eu quero aqui concluir a minha fala, dizendo que precisamos, sim, trazer esse tema para debate nesta Câmara, que representa o povo porto-alegrense.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, telespectadores da TVCâmara; utilizo aqui o tempo de liderança para falar sobre um assunto muito importante, que é o cercamento de alguns parques da nossa cidade. Não menos importante também é a questão do cercamento eletrônico da nossa cidade, onde câmeras monitoram os veículos que são furtados, roubados. É a violência em torno da cidade de Porto Alegre. Um milhão e meio de pessoas precisam do nosso carinho, da nossa atenção. A função do vereador é fiscalizar os órgãos do Município, a Guarda Municipal, as escolas, os postos de saúde, os serviços que são prestados pelo Poder Executivo. Eu moro em Porto Alegre há 40 anos, eu nasci em Porto Alegre, eu moro no Centro da cidade, eu frequento a Redenção, frequento o Parcão, frequentava o Harmonia – fazia churrasco ali no final de semana, com a minha família –, enfim, sempre utilizei os parques da nossa cidade. Por óbvio, a regra não pode ser “vamos cercar todos os parques”; todos, não, mas nós temos *cases* importantes que foram utilizados em outras cidades do nosso País. O Parque Sarah Kubitschek, em Brasília, por exemplo, e o Parque Ibirapuera, em São Paulo, são *cases* que deram certo. Então imaginem vocês a gente fazer parcerias com a iniciativa privada. Qual é a garantia que a iniciativa privada tem que o seu investimento vai ser preservado? O prefeito esteve há pouco aqui falando sobre o furto de lâmpadas e materiais elétricos lá no Porto Seco. Nós temos um empreendimento maravilhoso, agora, ali no meio da Redenção, que está sendo prestigiado por muitas pessoas. Quanto tempo vai durar? Nós temos que ter a coragem de votar os temas importantes e sensíveis à nossa cidade, e votar pelo certo, pensando em quem mora em Porto Alegre. Claro que as pessoas têm os seus interesses. Nós temos os moradores de rua, nós temos as pessoas que moram no entorno da Cidade Baixa e que devem ser ouvidas; as pessoas que moram no Moinhos de Vento e que têm que ser ouvidas com relação às questões do Parcão. Nós não vamos cercar todas as praças e todos os parques da cidade ao mesmo tempo, de uma forma geral, de uma forma unilateral. Cada caso é um caso. Mas as suas respectivas secretarias, o Poder Executivo, no melhor interesse de quem mora em Porto Alegre, por óbvio, vão avaliar a questão do cercamento caso a caso. O prefeito já trouxe

uma excelente ideia aqui que é a nomeação dos prefeitos das praças, porque quando todo mundo é responsável, ninguém é responsável. Nós temos que ter o nome da pessoa que vai ter a tomada de decisão. Eu trago aqui também, por exemplo, a teoria das janelas quebradas. Como é que funciona, em resumo, a teoria das janelas quebradas? Se tu observares, em determinada área da cidade, e tiver um local abandonado, um terreno baldio com uma janela quebrada e, ao lado, um terreno bem conservado, bem organizado, limpo, se alguém tiver que tocar uma pedra ou bater com o carro, fazer alguma coisa... “Ah, já vou tocar naquele que está quebrado mesmo!” Então nós temos que combater os pequenos delitos da nossa cidade: combater as pichações, o furto de lâmpadas, de fios elétricos, o uso de drogas; os pequenos delitos, porque aqueles que cometem os pequenos delitos, por óbvio, vão migrar para os delitos maiores. E isso se faz com o quê? Com iluminação, com câmeras, com cercamento, com a sensação de segurança. Nós baixamos a idade para ingressar na Guarda Municipal, para que possamos trazer guardas municipais mais jovens, junto com a experiência dos mais antigos, para dar a sensação de segurança para quem mora em Porto Alegre; tendo a sensação de segurança, as pessoas vão voltar a andar nas ruas da nossa cidade, vão consumir mais, isso vai gerar tributos e esses tributos vão ser investidos em saúde, educação, segurança e programas de desenvolvimento. Então, peço aos colegas vereadores que sejam contra a teoria do etiquetamento e votem esse projeto tão importante para a nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde a todos os colegas vereadores; e Ver.^a Nádia, que preside os trabalhos desta tarde. Na semana passada, um dos temas que mais transitou entre os debates das redes sociais foi a discussão, vereadores, da PEC nº 206. A PEC nº 206 tem como referência um estudo do Banco Mundial e que propõe a cobrança de mensalidades nas universidades federais. O que vem novamente à tona é um debate já um pouco antigo, mas percebe-se uma desatualização de muitas pessoas em relação ao assunto, e é por isso que eu uso essa tribuna, para poder aqui dividir com os colegas vereadores este assunto que tramitou.

Ora, tem-se uma ideia ainda de que o gasto público referente ao ensino superior das universidades públicas, diriam os economistas, é um gasto extremamente regressivo, ou seja, que nós estamos usando recursos públicos para aqueles que têm uma renda maior, ou que aqueles ingressando na universidade, sendo beneficiados pela gratuidade da universidade, seriam aqueles que melhores condições têm. Esse é um dado que já, há alguma década, não corresponde mais ao perfil do estudante que está na universidade pública aqui no nosso País. Os dados nos mostram que 86% dos estudantes que estão nas nossas universidades federais têm até três salários mínimos como renda familiar; 92%, até cinco salários mínimos de renda familiar; e apenas 4,5% têm renda

acima de cinco salários mínimos. Então percebam que, ao longo dos últimos anos, o perfil desse aluno mudou, se alterou justamente através dos programas que permitiram o ingresso de estudantes de baixa renda na nossa universidade federal. Ora, se passar a proposta que está tramitando no Congresso Federal, baseada nesse estudo do Banco Mundial, nós estaríamos fazendo o seguinte: nós estaríamos subsidiando os alunos que estão nas universidades privadas, sendo beneficiados pelos programas, como é o caso do Fies, e lá, na universidade federal, nós estaríamos cobrando mensalidades dos alunos, dos 86,5% de alunos que têm uma renda familiar de até três salários mínimos. Percebam que talvez esse seja um dado que poucas pessoas sabem, mas esse é justamente o perfil dos nossos alunos.

Outra questão que não fica clara através dessa proposta, é que seria bastante complicado como a universidade poderia fazer essa análise da renda desses alunos que estariam ingressando nessa universidade. Juntamente com isso, nós todos sabemos que ficaria muito mais suscetível a fraudes o ingresso desses alunos na universidade. Então, percebam que eu trago esse assunto, porque me parece que ainda há uma visão de muitas pessoas de que aqueles que estão ingressando em universidades são aqueles alunos que teriam cursado escolas melhores, escolas privadas e que estariam tendo acesso à universidade federal.

Outra questão fundamental que eu quero trazer aqui para o debate sobre a alteração do artigo 206, que altera e possibilita a cobrança de mensalidades à universidade federal, é que é uma mexida bastante perigosa, porque tu retiras justamente a necessidade, a garantia do financiamento da universidade federal, deixando a universidade federal à mercê da receita das mensalidades, que nem sabemos como poderia realmente acontecer. Ora, 95% da pesquisa feita no nosso País é oriunda da universidade federal, então nós não estaremos apenas mexendo na mensalidade, mas, na alteração do artigo 206, nós estaremos mexendo na garantia, no orçamento, que representa apenas 1% do PIB do nosso País, ainda muito abaixo de outros países que investem muito mais em ciência e tecnologia. Esse debate ainda irá tramitar no Congresso, mas acho extremamente fundamental que nós possamos ter as informações necessárias para que possamos entender o perfil do aluno que está ingressando hoje na nossa universidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Cintia Rockenbach está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA CINTIA ROCKENBACH (PODE): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TV Câmara, público presente, aproveito o espaço de Grande Expediente para fazer uma

manifestação referente a um dos compromissos que tive outro dia e que está relacionado a uma reunião que participei, na sede do DEMHAB, durante o mês de abril, onde estavam presentes lideranças comunitárias do Morro da Cruz, diretores do DEMHAB e outros agentes públicos da Prefeitura. A reunião foi para avaliar as ações relacionadas ao Decreto Emergencial nº 21.383, assinado pelo prefeito Sebastião Melo, que declara situação de emergência nas áreas do Município apontadas pelo evento adverso da estiagem. Estas ações buscam mitigar as consequências da estiagem que ocorreu no início de janeiro e o alto consumo de água no verão, que causou a falta de abastecimento de água nas partes mais altas da região do Partenon, em especial no Morro da Cruz. São medidas que o poder público está realizando para auxiliar na reserva de água, disponibilizando aos moradores da região caixas d'água e materiais de alvenaria para a construção de bases e instalação de reservatórios, sendo que o próprio Município, em parceria com Sinduscon e a comunidade, estão executando as instalações. Na reunião de que participei, observei que as demandas apresentadas pela população foram referentes ao cronograma no processo de instalação de caixas e sobre a logística da entrega de materiais devido à dificuldade no acesso com caminhões em algumas ruas. Na oportunidade, me comprometi com todos os presentes que iria conhecer de perto a realidade da comunidade do Morro da Cruz, além de poder observar em que pé estão as obras previstas pelo decreto. Informo aos colegas vereadores e vereadoras que, no dia de hoje, a empreiteira responsável pelo trabalho de construção e instalação dos reservatórios já está em pleno funcionamento, cumprindo o que ficou acordado com o prefeito Melo. Conforme o meu compromisso, também faço relato aos presentes que fui caminhar pelas ruas e becos do Morro da Cruz com o objetivo de percorrer aquela região e me apropriar dos problemas que haviam sido trazidos ao conhecimento desta Casa. Faço essa referência pontual, porque, na vida pública, a minha caminhada é recente, e admito que quanto mais conhecimento, mais podemos auxiliar através de propostas que solucionem os problemas da cidade, pois o conhecimento da causa eu já tenho e, dessa forma, posso propor soluções eficazes. Falo desse conhecimento por essa carência onde todos precisamos conhecer e verificar de perto o crescimento da cidade, principalmente em áreas com pouca estrutura, e aqui no Parlamento precisamos mediar, propor e fiscalizar as questões que estão ligadas diretamente ao bem-estar da população de Porto Alegre. Retomando a minha visita ao Morro da Cruz, tive o privilégio de ser recebida amigavelmente por alguns representantes do movimento popular que participaram da reunião, a qual mencionei no início dessa fala, na sede do DEMHAB. Eles que me guiaram durante todo o trajeto, por quase quatro horas de caminhada, onde eu percorri lugares que nas visitas técnicas geralmente não são percorridos e pude conhecer de dentro para fora algumas particularidades do Morro da Cruz. Faço o registro da vista maravilhosa que se tem lá do alto do morro; de lugares que remetem a pequenas cidades do interior, um clima entre moradores que traz lembrança e realmente faz tu sentires que estás vivendo no interior, lugar onde todo mundo se conhece, todos se ajudam e interagem positivamente. Confesso que foi uma surpresa muito positiva poder ter uma visão própria e completamente diferente da que habita no imaginário sobre o Morro da Cruz. Ali me

foram apresentadas pessoas que, apesar de toda a dificuldade e da morosidade do poder público em atender algumas solicitações, mesmo assim fazem acontecer uma luta efetiva na construção por uma comunidade cada dia melhor. Vejam só, a mais de 200 metros do nível do Guaíba existe um projeto social que ensina danças tradicionais a crianças carentes, dando um exemplo de que por maiores que sejam as dificuldades, mesmo assim, quando se quer ajudar não existem limites. Mesmo sem incentivo público, o projeto se mantém firme e é realizado a custas de doação dos próprios moradores e da força de vontade de cada um dos envolvidos, ajudando crianças que muitas das vezes não têm o que comer dentro de suas próprias casas, e que ali vão ter a oportunidade de fazer uma refeição, de aprender uma nova atividade e principalmente ajudar na construção de futuros cidadãos ativos e conscientes. Outra situação que me deixou pensativa, diz respeito à dificuldade que aquela comunidade tem no acesso à creche e escolas infantis. Sei que nesta Casa Legislativa existem colegas que podem falar com mais propriedade sobre esse tema, que acompanham há mais tempo essas lutas sociais e com certeza não é específica desta comunidade, mas que está presente em outros locais, em toda nossa região de Porto Alegre. Em toda aquela região que visitei, o Alto do Morro da Cruz deve contar aproximadamente com cinco mil moradores. Faço aqui uma estimativa por baixo, com base nas informações recebidas pelos moradores e que dispõem apenas de uma creche infantil, que atende em torno de 500 crianças, no máximo, e comprovadamente essa creche é insuficiente para atender as demandas das mães que vivem naquela comunidade, que precisam trabalhar, estudar e lutar por melhores condições e oportunidades para suas famílias. Sabemos que é papel desta Casa conhecer, debater, criar e fiscalizar medidas e projetos que busquem efetivamente solucionar as dificuldades enfrentadas pela população. Mas, para além disso, é preciso também reconhecer e estar aberto a parcerias que tenham como finalidade o bem-estar social e não apenas a crítica pela crítica. Não vou deixar aqui de mencionar que o trabalho realizado pelo DMAE, DEMHAB e SMSUrb e que, na medida do possível, a Prefeitura também está ajudando a sanar alguns problemas que são crônicos. Sabemos que a deficiência da rede de abastecimento em atender de modo satisfatório a população daquela área está relacionada a problemas estruturais e que precisam de um olhar mais criterioso, pois estão acima do limite de 200 metros – faço esta menção destacando que é também o que dizem os moradores com quem pude conversar.

Enfim, caros colegas vereadores e vereadoras, trago esta pauta como forma de relato e conhecimento de todos. Aproveito para parabenizar os moradores do Alto do Morro pela sua resiliência, pela sua força de vontade e pelo senso de coletividade que os fazem tão participantes e ativos nas lutas por melhorias na sua comunidade. Finalizo com o sentimento de ser mais uma voz ativa na busca por melhorias para a população de Porto Alegre e de que caminharei diariamente descobrindo as dificuldades e auxiliando nos encaminhamentos referentes aos problemas que fazem parte da vida do cotidiano da nossa capital. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu fui pego com um pé no estribo e outro no chão, quer dizer, sem mobilidade. Vou fazer uso deste período de Grande Expediente em respeito a Ver.^a Cíntia, que fez muito bom uso. Eu não tenho um assunto definido para este período de Grande Expediente, Ver.^a Mônica, mas eu quero dizer que tivemos alguns percalços; como eu não estou usando a Presidência, aqui fala o Ver. Idenir Cecchim, queria dizer uma coisa simples, uma constatação: para quem tem colegas como o Matheus Gomes e o Camozzato, nós não precisamos ter inimigos, eles se encarregaram de destruir com os colegas. Eu queria deixar isso claro porque eu não sou de falar pelas costas, não sou de falar pelas costas.

Dito isso, Ver. Cezar Schirmer, temos o Grande Expediente aqui – V. Exa. teria muito mais conteúdo, muito verbo a mais do que eu, para falar durante 15 minutos, que é uma estância lá de Livramento; em Santa Maria não tem mais estância grande, não é?

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido colega de longa data, Ver. Idenir Cecchim, eu gostaria de saber o que fizeram os colegas Camozzato e Matheus Gomes, porque não precisamos mais de inimigos; algo foi feito contra os 34 vereadores? Gostaria de saber!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não sei se foi contra os 34, pelo menos contra mim, a senhora e quem recebeu, quem pediu o ressarcimento, eles fizeram vídeos, foram à imprensa. Eu assisti ao programa do Milton Cardoso, que tem uma raiva da Câmara de Vereadores, não sei por quê, e, olha, foi muito dura a participação do Camozzato. Depois eu cobrei o Camozzato sobre uma coisa do MBL, esse partido de tarados; o MBL, esse rapaz foi lá para Ucrânia, desmoralizou com todo mundo, postando aquele vídeo, um líder do MBL, nem lembro o nome desse tarado. Nós não falamos nada, nós não dissemos que o partido é isso. E esse mesmo partido veio botando a minha fotografia, fotografia de mais alguém, dizendo: “Esses pediram!” É verdade, eu não nego, eu pedi e eu sigo a maioria. Eu disse, quando me perguntaram: “O senhor vai pedir a reposição, Presidente?” Vou pedir, sim, vou pedir porque eu não sou de sacanear os colegas.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Eu não falei nada disso aí, está mentindo. Está errado, eu nem participo desse negócio.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Está gravado. Mas deu escadinha para o Milton Cardoso falar.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): É mentira!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, está gravado.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): É mentira o tal do *card*, eu nem conheço...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, esse do *card*, o senhor me explicou que o senhor não faz mais parte do MBL. Está explicado, isso do MBL, eu digo claramente que V. Exa. não é mais, mas...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Pedro Ruas, por favor.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu desconheço o debate, desconheço o tema, mas conheço o Regimento. Então, eu ia sugerir ao Ver. Felipe Camozzato, com todo respeito, até para nós sabermos a sua posição, que usasse o microfone de apartes, porque é Grande Expediente, pode dar aparte, porque, senão, fica um debate que é impossível... Vossa Excelência não pode ser interrompido na tribuna, enquanto usa a tribuna, a não ser que conceda um aparte, porque tem microfone para isso. Esse é o meu pedido. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Perfeito, Ver. Pedro Ruas. Só explicando: Grande Expediente cabe aparte, desde que o orador assim o conceda.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Felipe Camozzato, V. Exa. tem o direito e lhe concedo o aparte.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Obrigado, Ver. Cecchim. Como eu estava falando aos colegas, apenas houve um equívoco na interpretação do vereador. O Cecchim me enviou um *card* do MBL do Rio Grande do Sul, fazendo uma acusação aos vereadores, com o qual eu não corroboro. E eu avisei a ele, pelo WhatsApp, que eu sequer os conheço, afinal de contas, em 2015, quando eu fui voluntário do MBL, em 2016, quando fui candidato, o MBL sequer quis me apoiar porque tinha um outro candidato; de lá para cá, nunca mais tive relação e nem sei quem são as pessoas. Foi isso que eu lhe expliquei.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Que bom, esse esclarecimento é importante. Vossa Excelência não tem nada a ver com o *card* do MBL. Por isso que o debate é importante, Ver. Oliboni, é tranquilo. Eu quero encerrar esse assunto por aqui, eu não gostaria mais de tocar no assunto, até porque está liberado para todo mundo... Eu não quero mais polemizar, nem me cabe, como Presidente. Eu

esclareci, antes de vir para a tribuna, que estava aqui no tempo de vereador, o Grande Expediente não é do Presidente. Se fosse em Tempo de Presidência, eu não falaria nada.

Dito isso, eu quero dizer que eu fui pagar uma promessa em Assis, no túmulo de São Francisco, um santo fantástico, protetor dos animais – protetor dos animais. Olha, foi emocionante, uma igreja como deve ser uma igreja, sem fotografias – é proibido fotografias lá dentro –, um local de orações e de respeito, por isso tantos devotos de São Francisco. Certamente ele inspira, Ver.^a Cíntia, todos os protetores dos animais, porque São Francisco não tinha vergonha nenhuma de falar com os passarinhos, por exemplo, não tinha vergonha, falava com os passarinhos porque ele via, nesses bichinhos, criaturas de Deus. E na cidade de Assisi, ou Assis, é uma veneração fantástica, é uma cidade dedicada a San Francesco, como dizem os italianos, o nosso São Francisco. Hoje temos um Papa da congregação Franciscana, e nós temos aqui a figura mais conhecida, o senador Pedro Simon, que é um franciscano. Eu queria deixar claro aqui o meu respeito aos devotos de São Francisco, aos quais eu me incluo, e quero fazer uma homenagem àqueles que seguem São Francisco e se dedicam à proteção dos animais. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, agradeço aqui ao líder da nossa bancada, Ver. Gilson Padeiro, pela utilização do tempo de liderança da bancada. Eu, em pouco tempo, não vou conseguir concatenar, Presidente, o que eu gostaria de falar aqui após a fala do nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim. Porém, a pauta é essa: o reajuste inflacionário dos vereadores. Não sei o que os colegas – o Ver. Felipe e o Ver. Matheus – fizeram. Reclamo muito aqui, sim, das questões éticas, porque outros vereadores também compartilharam, desta Casa, um vídeo do Dia do Desafio, de todos os colegas que participaram, ridicularizando o Dia do Desafio, como se aquilo fosse uma dança de comemoração ao reajuste inflacionário. Cada vereador que fez isso converse com a sua consciência antiética para com os colegas, porque a pauta aqui era o Dia do Desafio. Mas eu quero deixar claro uma coisa aqui sobre o reajuste inflacionário: esta Casa – e isso não vende manchete e não produz também rede social – congelou os salários, os rendimentos dos vereadores há anos. Nesta Casa, os vereadores, na prática, já ganham menos que seus chefes de gabinete. Temos distorções internas nos nossos gabinetes. Existem funcionários nossos que ganham menos do que outros, mas trabalham um tanto quanto o outro. Esta Casa aqui devolve recursos anualmente. O salário médio líquido, que seja pouco mais de R\$ 10 mil, é bom para população brasileira? Claro que é! Ninguém está dizendo o contrário aqui. Mas esta Casa sequer segue a legislação nacional que atrela o percentual dos legislativos do País. Talvez esteja na hora de a gente seguir a lei nacional. Os vereadores de Canoas ganham mais que os vereadores de Porto Alegre.

Eu vejo vereadoras, vou falar nas mulheres primeiro, vejo vereadoras aqui deixarem os seus filhos, as suas casas, as suas famílias e se dedicarem aos seus mandatos, às suas vocações. Vejo vereadores aqui que, como eu, por opção, abandonaram salários maiores. Então vamos parar com a demagogia. Tem vereador aqui que merece os seus rendimentos, mas temos diversidades econômicas, temos vereadores que poderiam abrir mão de todo o seu salário e temos vereadores que dependem dele para a sua subsistência.

Eu espero que a população do Brasil e de Porto Alegre tenham orgulho de cada vereador que colocou aqui. A parcela dos eleitores que me colocaram aqui, que digam: “Esse trabalha e merece o rendimento dele”. Se não for assim, que demitam os seus vereadores, os seus representantes, nas urnas. Vamos parar com a demagogia aqui! Ou eu vou acreditar que os vereadores de Canoas trabalham infinitamente mais que essas mulheres, vereadoras aqui, e que esses homens que também abandonam as suas famílias. Eu fui a favor, aderi ao reajuste inflacionário. Quero parabenizar a Mesa Diretora, na presidência do Ver. Idenir Cecchim, e todos os membros desta Mesa, meus colegas éticos, meus colegas que defenderam aqui algo que foi decidido lá em 2016. Então vamos parar com o mimimi. Isso não vende manchete, isso não vende rede social. Agora, tem muita vereadora e muito vereador aqui que gostaria da tal igualdade.

Eu concluo dizendo, vamos fazer um exercício aqui: se fossem 36 vereadoras mulheres, em Porto Alegre, e lá em Canoas fossem vereadores homens, quais seriam as manchetes sobre equiparação salarial? Eu tenho certeza que grande parte da população tem orgulho dos vereadores que trabalham aqui porque sabe que eles saem às 6h30min da manhã e não têm hora para voltar, não têm sábado, não têm domingo, não têm feriado. O resto é mimimi e essa raiva das redes sociais. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP) – às 16h56min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Peço para o diretor legislativo apregoar as matérias que chegaram.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pregões da Ordem do Dia.

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, líder da oposição, ao PLL nº 164/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento que solicita a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 164/21, à

apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, líder da bancada do PSD, ao PLL nº 431/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento que solicita dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 431/21, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 05, de autoria do ver. Airto Ferronato, líder da bancada do PSB, ao PLL nº 431/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento que solicita dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLL nº 431/21, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLCE nº 035/21.

Apregoamos Requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando votação em destaque para as Emendas nº 01 e nº 02 ao PLCE nº 035/21.

Apregoamos a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCE nº 035/21.

Apregoamos Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 035/21.

As emendas apregoadas não necessitam ter a sua dispensa às Comissões votadas, porquanto a proposição tramita sob a égide do artigo 81 da Lei Orgânica do Município. Eram essas as matérias a serem apregoadas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 043/21, por três sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Solicito o adiamento da discussão do PLL nº 010/19, por duas sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar à discussão e votação do PLE nº 035/21 em segundo lugar. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 069/22 – (Proc. nº 0342/22 – Ver. Leonel Radde) – requer seja encaminhada Moção de repúdio ao “desmonte do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE-Saúde)”. **(SEI 208.00057/2022-97)**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 069/22. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Só uma consideração, não sou do PSDB, mas nessa semana saiu uma nota de que o governo destinou milhões de reais para o IPE para restabelecer a ordem. Vou votar a favor do requerimento, ele é válido, mas a bancada do PSDB poderia se manifestar nesse sentido, senão passa em branco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 069/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passaremos então à discussão do PLCE nº 035/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Só para trazer uma informação, Presidente. O Ver. Roberto Robaina fez um pedido de informações sobre temas importantes deste projeto, pela CECE, que ainda não foi respondido. Não posso, obviamente, falar nada em nome do governo, mas posso solicitar que seja adiado pelo menos por uma sessão, até que venham as respostas, porque, talvez, com essas respostas, tenhamos até uma indicação que poderia ser de voto favorável. Então, se o governo se sensibilizar com isso, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 035/21, por uma sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Podemos fazer a discussão, quem sabe, na tarde de hoje. Vamos ouvir o que diz o líder do governo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Sra. Presidente, este projeto está aqui na Casa desde 2009 – fevereiro de 2009 –, então, ele já teve várias discussões, teve audiências públicas, teve tudo. Ele passou pelas principais comissões desta Casa, passou pela CCJ, CEFOR, CUTHAB e pela COSMAM, e por todas elas ele foi aprovado, cumpriu audiências públicas, as próprias comissões fizeram as audiências e reuniões. Nós não vemos por que adiar este projeto por mais uma sessão se ele está apto a ser votado nesta Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigado, Ver. Janta, líder do governo. Como foi feito um requerimento por parte do Ver. Pedro Ruas, colocarei em votação.

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Jessé Sangalli, o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, que solicita o adiamento da discussão do PLCE nº 035/21, por uma sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Senhora Presidente, 09 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): REJEITADO o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só fazemos o registro de que os vereadores Ramiro Rosário, Felipe Camozzato e a Ver.^a Mari Pimentel registraram tempestivamente pelo *chat* voto contrário ao requerimento formulado pelo Ver. Leonel Radde acerca do IPE Saúde.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria fazer aqui um registro para que os colegas vereadores, de modo especial o líder governo, possam ter a sensibilidade de que, quando o vereador não está presente e um colega, o líder da sua

bancada, pede adiamento daquela proposição, seja considerado. Nisso, todo mundo tem sido respeitado; hoje não foi respeitado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Feito o registro. Pois não, Ver. Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Só para deixar claro. Pode pedir adiamento, como foi, pelo vereador – o vereador autor ou o líder da sua bancada pedindo isso. Esse projeto não é da oposição, esse projeto não é do PSOL, esse projeto é do governo, por isso o governo não concorda com adiamento, o governo quer votar e sua base quer votar. É simples.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigado, Ver. Janta.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1356/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 035/21, que dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir no Município de Porto Alegre, cria o Fundo Municipal de Gestão de Território (FMGT), altera o inc. VII do art. 2º e inc. XII do art. 6º da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009, altera o inc. III do art. 53-A e o § 5º do art. 111 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e revoga a Lei Complementar nº 850, de 17 de abril de 2019. **(SEI 118.00362/2021-15)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 02-05-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLCE nº 035/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) As Emendas nºs 01 e 02 foram destacadas. A Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, foi retirada.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 035/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 09 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLCE nº 035/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 035/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): REJEITADA a Emenda nº 02 ao PLCE nº 035/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCE nº 035/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 22 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): APROVADO o PLCE nº 035/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aproveitamos para registrar a intenção da Ver.^a Comandante Nádia em votar “não” às Emendas nºs 01 e 02; assim como registramos a intenção do Ver. Márcio Bins Ely de votar “sim” ao projeto.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 431/21, por uma sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP) – às 17h18min:
Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1166/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 044/21, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga o inc. XXVII do art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, excluindo acender fogo fora dos locais determinados do rol de atos proibidos nos logradouros públicos. (SEI 030.00049/2021-75)

PROC. Nº 0099/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui o Programa Pequenos Atletas. (SEI 145.00005/2022-01)

PROC. Nº 0177/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 094/22, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que revoga a Lei nº 12.866, de 6 de setembro de 2021 – que suspende a contagem dos prazos de validade dos concursos públicos municipais vigentes em 31 de março de 2020, bem como aqueles homologados a partir dessa data, até que seja decretado o fim do estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19). (SEI 161.00035/2022-92)

PROC. Nº 0394/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/22, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Título Honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. José Alfredo da Silva. (SEI 197.00473/2022-25)

PROC. Nº 0386/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Amapergs Sindicato-RS. (SEI 222.00039/2022-91)

PROC. Nº 0407/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Master Independente FC. (SEI 019.00070/2022-73)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1081/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 042/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui art. 76-A na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, dispendo sobre a obrigatoriedade de realização de audiência pública para proposições legislativas que visem à majoração ou à instituição de tributos municipais. (SEI 220.00154/2021-86)

PROC. Nº 0213/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 064/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que estabelece, nos contratos de prestação de serviços continuados

com uso intensivo de mão de obra terceirizada celebrados pelos órgãos da Administração Direta e pelas entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre com pessoas jurídicas, a exigência de garantia de execução contratual que inclua o pagamento de toda a remuneração de trabalhadoras e trabalhadores, tributos e encargos sociais vinculados a esses contratos. (SEI 210.00140/2021-72)

PROC. Nº 0727/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 299/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que garante acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino (RME). (SEI 210.00325/2021-87)

PROC. Nº 0889/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 379/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que denomina Rua Nise Magalhães da Silveira o logradouro não cadastrado conhecido como Beco F - Vila São Miguel, localizado no Bairro Coronel Aparício Borges. (SEI 208.00233/2021-18)

PROC. Nº 0924/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 387/21, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui art. 6º-A na Lei nº 12.707, de 7 de abril de 2020 – que institui a Política Municipal de Atenção, Diagnóstico e Tratamento às Pessoas com Doenças Raras no Município de Porto Alegre –, estabelecendo a obrigatoriedade da notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados de pessoas com doenças raras e genéticas. **Com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta.** (SEI 020.00031/2021-83)

PROC. Nº 1373/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 624/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que cria o Programa Municipal de Mutirão de Reflorestamento e Arborização. (SEI 220.00181/2021-59)

PROC. Nº 0087/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/22, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva e Cultural Brazil Football Club. (SEI 034.00074/2022-36)

PROC. Nº 0223/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui a efeméride Mês da Conscientização da Doença de Parkinson, denominado “Tulipa Vermelha”, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de Abril. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoni Medina.** (SEI 020.00015/2022-71)

PROC. Nº 0373/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 202/22, de autoria da Verª Bruna Rodrigues, que inclui a efeméride Dia Municipal da Escola no anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 15 de março. (SEI 221.00064/2022-75)

PROC. Nº 0380/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Mariante Fernandes Batista o logradouro público conhecido como Acesso J SQ Dois Primeira UV VL N Restinga, localizado no Bairro Restinga Nova. (SEI 034.00199/2022-66)

PROC. Nº 0399/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 212/22, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Maria Teresa Tellez Aranibar o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua I – Loteamento Flor da Restinga –, localizado no Bairro Restinga. (SEI 165.00069/2022-83)

PROC. Nº 0454/21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que susta, com base no inc. IV do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, os efeitos do Decreto nº 21.015, de 30 de abril de 2021 – que cria a Diretoria-Geral de Fiscalização (DGF), vinculada ao Gabinete da Secretaria Municipal de Segurança (SMSeg), com a competência de coordenar as ações de fiscalização de âmbito municipal de forma integrada. (SEI 210.00222/2021-17)

PROC. Nº 0398/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Patrick Teixeira Dorneles Pires. (SEI 025.00039/2022-26)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h19min.)

* * * * *